



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP/ CAJAZEIRAS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

GLEARLETON PEREIRA CRUZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LOURDES COSTA EM ICÓ.**

**CAJAZEIRAS - PB
2024**

GLEARLETON PEREIRA CRUZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LOURDES COSTA EM ICÓ.**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

**CAJAZEIRAS - PB
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

C957e	<p>Cruz, Glearleton Pereira. Educação patrimonial: uma análise das ações desenvolvidas na Escola Municipal Professora Lourdes Costa em Icó / Glearleton Pereira Cruz. – Cajazeiras, 2024. 91f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação patrimonial. 2. Patrimônio público. 3. Educação - Icó - Município - Ceará. 4. Escola Lourdes Costa - Icó - Município - Ceará. 5. Prática de ensino - educação patrimonial. I. Sousa, Israel Soares de. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS CDU - 37: 351.711 (813.1)</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

GLEARLETON PEREIRA CRUZ

**EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LOURDES COSTA EM ICÓ**

Aprovado em: 14/11/2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ISRAEL SOARES DE SOUSA

Data: 25/11/2024 20:20:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG - Orientador)

Documento assinado digitalmente



ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA

Data: 25/11/2024 20:39:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.ª Rosemere Olímpio de Santana (UFCG – Examinador interno)

Prof. Dr.ª Cícera Patrícia Alcântara Bezerra (IPHAN – Examinador externo)

Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame (UFCG - suplente)

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a Deus por estar concluindo mais uma etapa de minha vida, ao finalizar mais um curso de nível superior, concluindo mais uma etapa em minha carreira acadêmica. A Deus sou deveras grato, pois tenho plena consciência de que sem seu auxílio, essa realização não seria possível. Agradeço a minha família, e a todos que maneira direta e indireta contribuíram para o sucesso deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1- Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Icó.	25
Fig. 2- Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Icó.	26
Fig. 3- Festa do Senhor do Bonfim em Icó.	28
Fig. 4- Pelourinho do Icó	56
Fig. 5- Perfil curricular do município de Icó.	60
Fig. 6- Perfil curricular do município de Icó.	61

RESUMO

O projeto de pesquisa consiste na análise das ações voltadas à educação patrimonial na Escola Municipal Professora Lourdes Costa, em Icó, no estado do Ceará. Buscaremos analisar os conteúdos programáticos e as metodologias que estão sendo empregadas sobre o tema na citada escola. O objetivo consiste em compreender o que está sendo desenvolvido e de que maneira isso está sendo feito; bem como a realização de uma análise sobre os materiais pedagógicos que estão sendo empregados para a Educação Patrimonial. Utilizaremos importantes autores como: Silva, (2000) que conceitua o que é patrimônio; Amaral, (2018) que aborda a decolonialidade sobre o patrimônio; (Pelegrine; Funari, 2008) que conceituam o patrimônio imaterial; Le Goff (1990) e Nora (1993) que abordam a temática da memória; Guimarães (2008) e Picoli (2013) que trabalham com lugares de memória; (Clerot; Rampim, 2014) que discutem o conceito e a importância da educação patrimonial, na perspectiva da (CEDUC); e (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999) o clássico da educação patrimonial. Problematizaremos as fontes primárias e secundárias e faremos uso da oralidade como fonte. Buscaremos o contato com a escola e com os professores, dessa forma poderemos concluir quais ações eles têm desenvolvido no ambiente escolar sobre a temática da educação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Icó, Ceará e Escola Lourdes Costa.

ABSTRACT

The research project consists of the analysis of actions aimed at heritage education at the Municipal School Professor Lourdes Costa, in Icó, in the state of Ceará. We will seek to analyze the programmatic contents and the methodologies that are being employed on the topic at the mentioned school. The objective consists of understanding what is being developed and how this is being done; as well as the realization of an analysis of the pedagogical materials that are being employed for Heritage Education. We will use important authors such as: Silva (2000), who conceptualizes what heritage is; Amaral (2018), who addresses decoloniality about heritage; (PELEGRINE; FUNARI, 2008), who conceptualize intangible heritage; Le Goff (1990) and Nora (1993), who address the theme of memory; Guimarães (2008) and Picoli (2013), who work with places of memory; (CLEROT; RAMPIM, 2014), who discuss the concept and importance of heritage education from the perspective of (CEDUC); and (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), the classic of heritage education. We will problematize primary and secondary sources and will make use of orality as a source. We will seek contact with the school and the teachers, in this way we will be able to conclude what actions they have developed in the school environment on the topic of heritage education.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Heritage Education; Icó, Ceará and Lourdes Costa School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. ICÓ E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	19
CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	30
CAPÍTULO 3. A ESCOLA LOURDES COSTA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ...	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	65
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como principal linha de pesquisa as análises das ações de educação patrimonial que foram e estão sendo desenvolvidas no ambiente formal, ou seja, na Escola Municipal Professora Lourdes Costa em Icó, Ceará. Buscamos compreender de que maneira a educação patrimonial é aplicada no programa curricular da escola municipal. Nossa pesquisa tem como objetivo verificar quais são as iniciativas educacionais voltadas para a educação patrimonial na escola Lourdes Costa, visando mapear quais são as ações preservacionistas propostas pelos professores em sala e fora dela no fundamental II. Buscamos analisar as principais estratégias de ensino realizadas por eles, bem como os materiais usados, fontes, dificuldades, facilidades e resultados obtidos de 2023 até a atualidade. Esquadrinhamos a existências dessas ações patrimoniais, bem como as propostas da escola juntamente com os docentes, na elaboração, na proposição e execução de ações de cunho preservacionista no espaço escolar.

O curso de História da Universidade Federal do Cariri em que me formei, era voltado a gestão do patrimônio; enquanto cursava esse bacharelado, foram desenvolvidos projetos de extensão da universidade voltados à questão patrimonial, bem como ações e trabalhos nesse sentido, que foram desenvolvidos em consonância com a disciplina ofertada do curso, o que nos proporcionou realizar ações mais diretas com a sociedade para além do espaço acadêmico. Nesse sentido, realizamos ações de educação patrimonial com parte da sociedade local, foi um projeto realizado em uma das ruas históricas da cidade, com moradores dela, em parceria com a universidade e com a Secretaria de Cultura do Município. Para nós, esses fatores são relevantes, fundamentam e direcionam a nossa pesquisa.

Dessa experiência maravilhosa que fiz parte, surgiu meu primeiro projeto de pesquisa voltado ao patrimônio local, e nacional, já que ele é protegido pelo (IPHAN), no que resultou em um projeto final de curso mais elaborado, o Trabalho de Conclusão de Curso, meu (TCC). Essas são as razões pelas quais escolhi trabalhar com essa temática. Entrando como discente na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tendo como objetivo acrescentar os conhecimentos acadêmicos e pedagógicos que parcialmente me faltam, para poder seguir possivelmente uma carreira na docência, e sendo obrigatório a elaboração de um novo projeto de pesquisa, bem como uma nova monografia; pretendemos prosseguir trabalhando com esse tema. A nossa pesquisa dará destaque e importância à história local e patrimonial de nossa cidade.

As Fontes que serão usadas para o desenvolvimento da nossa pesquisa, serão fontes primárias e secundárias. “No guia da University Libraries, as fontes secundárias são interpretações e avaliações de fontes primárias” (Pinheiro, 2006. p. 2). Para Napolitano (...): “a fonte é uma evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis” (2008, p. 240). Funari (2008) nos diz que as fontes secundárias são obras textuais: “A variedade de informações que surgiam transformaram de forma radical o próprio conceito de fonte histórica, pois, nas primeiras décadas do século XIX, as duas grandes categorias eram os documentos de arquivo e as obras copiadas pela tradição textual”. (2008, p. 88). Essas obras textuais, são fontes secundárias. Já os documentos e as fontes orais são fontes de conhecimento primário, não fazem parte de um material historiográfico. As fontes serão de suma importância para o trabalho, por que o material ajudará a compreender a importância da educação patrimonial como meio de valorização de nossa cultura material e imaterial, e reforçar a identidade com os mesmos.

Nosso trabalho conta ainda com a contribuição de vários tipos de fontes bibliográficas como, artigos, revistas, anais e monografia. Essas bibliografias foram de suma importância para nossa pesquisa, pois nos embasará, e nos ajudará a compreender sobre o patrimônio cultural, os conceitos de educação patrimonial, memórias e lugares de memórias. Com o intuito de obtermos esclarecimentos em torno das ações de educação patrimonial, que já foram e estão sendo desenvolvidas na escola Lurdes Costa, realizamos entrevistas com três professores que deram aulas na disciplina de Educação Patrimonial na escola.

Nós também trabalhamos em nossa pesquisa com a oralidade. Há uma vasta discussão do que seria a história oral, autores diferentes conceituam em seus trabalhos sobre se haveria ou não uma história oral. Entendemos que existiu e existe uma tradição oral, todavia assim como Joutard (2006), preferimos nos direcionar, a entender na atualidade, que a oralidade é uma ferramenta oral, é uma fonte em que acreditamos que através dela, obteremos dados importantes que nos ajudará, e complementar a nossa pesquisa.

Entendemos, assim como outros estudiosos, que a história oral, ou a oralidade, é uma ferramenta que nos ajuda em nossos trabalhos acadêmicos. Para Joutard: “a expressão “fontes orais” é metodologicamente preferível e que a expressão “história oral” é terrivelmente ambígua, para não dizer inexata”. (2006, p. 56, 57). Assim entendemos, e usaremos, a oralidade como fonte de suma importância para o embasamento deste trabalho. Outra autora segue essa mesma linha de pensamento, em relação a oralidade enquanto metodologia de pesquisa. Para (Alberti, 1998, p. 1):

Dois anos depois de sua criação, começaram a ser realizadas, pelos pesquisadores do CPDOC, as primeiras entrevistas de história oral, num momento em que essa **metodologia** se firmava como novidade no mundo acadêmico internacional e se difundia nos e a partir dos Estados Unidos e Europa, resultando na implantação de diversos programas de história oral, bem como de inúmeras pesquisas que dela se valeram **como método de investigação** no campo das ciências humanas (Grifo nosso).

Em outra passagem, a autora ainda reforça essa mesma ideia: “De um lado, a necessidade de formação de um programa de história oral veio do próprio trabalho com arquivos pessoais; de outro, o novo potencial da **metodologia** de história oral diversificou e enriqueceu o trabalho de pesquisa” (Alberti, 1998, p. 3, grifo nosso). A metodologia é importante para os trabalhos acadêmicos, contudo o historiador não deve ser limitado a um profissional que registra áudios.

Para Lozano (2006, p. 17) o historiador que trabalha com a fonte oral é mais do que simples técnico:

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos "sem voz", pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais) (Lozano, 2006, p. 17).

Desta forma, usaremos da oralidade em nosso trabalho, bem como dos seus conceitos e métodos como proposto pelos autores, mas de maneira crítica e problematizadora. A fonte oral é importante porque agrega conhecimento e informações importantes, mas não será usada para substituir a historiografia que é de suma importância para o nosso trabalho. Por isso, nesta pesquisa trabalharemos tanto com a fonte oral, como sendo uma ferramenta metodológica que agrega e que possibilita novos horizontes para a historiografia, mas sem perder o poder de análise e síntese como nos diz Lozano, pois esse é trabalho fundamental do historiador, como também usaremos de outras fontes primárias e de materiais bibliográficos, com o intuito de obter um excelente desdobramento da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma, o entrevistador usou de um conjunto de questões predefinidas, visando conseguir dos entrevistados informações pertinentes para esse trabalho, todavia manteve os entrevistados com liberdade para colocar outras questões, cujo interesse tenham vindo no decorrer das entrevistas. As entrevistas, procuraram valorizar também as experiências de cada professor que lecionou a disciplina da educação patrimonial, pois esse tema dentre tantos, também é muito importante para nossa sociedade.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro semiestruturado. Nesse formato de entrevista, o entrevistador tem a liberdade de inserir outras perguntas no decorrer do processo, mesmo que elas não tenham sido previamente elaboradas no roteiro como nos diz Manzini: “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” (Manzini, 1990/1991, p. 54 *apud*, Manzini, sd, p. 2).

Escolhemos esse tipo de metodologia porque queríamos coletar informações fundamentais para o nosso trabalho com indagações pré-definidas, mas também fazer um diálogo aberto com o nosso entrevistado a fim de deixá-lo com liberdade para falar, pois assim poderia surgir no decorrer do diálogo mais algumas questões interessantes sobre a temática que não estivessem pré-definidas pelo entrevistador.

Nosso trabalho é fundamentado sob as ideias de alguns pensadores, assim, usamos seus importantes conceitos em nossa pesquisa, o primeiro deles, é o conceito de patrimônio. Um entre vários conceitos que dispomos sobre patrimônio, é que ele pode ser caracterizado como uma herança que herdamos dos nossos antepassados. A palavra patrimônio tem sua origem do latim, *patrimonium*, que são os bens herdados de pais para filhos, ou do inglês *heritage*, aquilo que foi ou pode ser herdado. Nós entendemos o conceito de patrimônio como: monumentos históricos, objetos e ritualísticas herdadas das gerações anteriores.

Segundo Silva, (2000) em sua obra; Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural; a autora diz que não se pode entender o conceito de Patrimônio como sendo apenas vestígios do passado, pois ela trabalha com um conceito amplo sobre o patrimônio, (p. 218):

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio. O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras.

Para ela, nem todos os vestígios podem ser considerados patrimônio, e o patrimônio não é somente aquilo que é herdado do passado, mas o que de forma consciente, e identitária, um determinado grupo de pessoas deseja preservar e legar para o futuro; assim há uma escolha cultural em preservar esses patrimônios para as gerações futuras.

Essa noção de patrimônio surge quando um grupo de determinadas pessoas identificam como sendo seus um objeto ou mais, daí surge essa valorização e sentimento identitário e de pertencimento (Ballart, 1997, *apud*, Silva, 2000). Ainda citamos: Llorenç, (1997, *apud*, Silva, 2000), ele define que o patrimônio é o que um determinado grupo decide considerar digno, ou

que tenha uma importância para ser legado a gerações futuras. Ele também diz que esse Patrimônio identitário é um processo simbólico, social e cultural de determinados bens que confere ao grupo um sentimento coletivo de identidade.

Em sua obra, Silva (2000) nos diz que, o elemento determinante que dá o conceito de Patrimônio é a capacidade dos grupos sociais em representarem simbolicamente uma identidade. E através da identidade passado presente que os grupos se reconhecem e se identificam, relacionam-se e diferenciam-se dos demais grupos. Ela menciona que o passado traz os elementos de pertença e de identidade. “A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade” (...) (p. 219). A cidade de Icó abriga um sítio histórico com muitos monumentos ainda coloniais, dos mais vistosos, aos mais simples. Assim, esses autores são de suma importância para o nosso trabalho, porque eles esmiúçam para nós os conceitos de patrimônio.

No mesmo ano da criação do (SPHAN), também foi criada a lei que define o que seria o patrimônio nacional brasileiro, Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Assim como essa lei da época dos Estados Unidos do Brasil, nossa constituição de 1988 também se preocupa com a questão patrimonial e define também que: “Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras” (...) (Brasil, 1988, art. 216, seção II). O Brasil passou a se preocupar com a patrimonialização dos seus bens históricos, de caráter material e imaterial. Lugares que outrora não tinham valor patrimonial passaram a gozar do prestígio de serem tornados partes importantes do patrimônio cultural brasileiro, como: quilombos, parques nacionais, a capoeira, o mestre de capoeira entre muitos outros; valorizando o patrimônio popular e fugindo do colonialismo europeu. Após muitos debates sobre o que seria o patrimônio imaterial, seu conceito fora aprimorado no decorrer do tempo; assim passamos a entender o patrimônio imaterial como:

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, 2003, *apud*, Pelegrine; Funari, 2008, p. 46).

Os documentos e os autores até aqui mencionados são importantes para o nosso trabalho, porque conceituam o patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial, e fundamentam nosso trabalho.

Falar de patrimônio é falar também de memória, e para Le Goff a memória é: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1990, p. 423). Nesse sentido, a memória aqui apresentada é a memória individual de cada sujeito, como diz o autor, é a que permite armazenar impressões e informações sobre algo referente ao passado.

A memória também está ligada a questão patrimonial, na perspectiva emocional, ligada a nostalgia e aos sentimentos, como diz Guimarães (2008, p. 36, 37):

(...) seu apelo afetivo próprio dos investimentos na memória, que convoca as sociedades à tarefa da recordação no seu sentido de “recordare” (com o coração). Os monumentos (de monere; advertir, lembrar) operam como interrogadores da memória, como sinalizadores de uma pergunta que deve ser formulada não apenas aos vivos no presente, mas para aqueles que viverão no futuro, operando os laços de continuidade entre estes dois tempos.

É nesse sentido que trabalharemos com o conceito de memória nessa pesquisa, no sentido de que os educandos possam problematizar as memórias que estejam vinculadas ao patrimônio material e imaterial, na busca por (re) significações dos mesmos para o presente. Ainda nesse sentido, Silva traz também suas contribuições para o conceito de memória: “A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade” (...) (2000, p. 219). A autora trabalha com o modelo de memória coletiva, onde os sujeitos entendem o valor do patrimônio e trabalham para reforçar os sentimentos de pertencimento, a preservação, a identidade e a proteção para com os bens patrimoniais.

Para Nora (1993) a memória está ligada aos grupos vivos, ou seja, aos grupos sociais vivos do presente, que podem modificar as memórias que passarão a serem legadas à

posteridade: “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas (...)” (1993, p. 9). Ainda para ele: “a memória emerge de um grupo que ela une, (...) que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (1993, p. 9). A memória é viva, é coletiva e individualizada, e os sujeitos carregam essas memórias consigo, quer tenha sido ela criada para o saudosismo, ou seja ela fruto da lembrança vivida. Essa memória coletiva e individual, está ligada como elo que une a sociedade para a salvaguarda dos bens patrimoniais. Por isso, os conceitos dos autores embasam muito bem nossa pesquisa.

Quando se fala em patrimônio e memória, também fala-se de Lugar de Memória, pois entendemos que o patrimônio também é um lugar de memória. Para Picoli (2013), “por “lugar de memória” compreendemos o espaço físico/material como suporte de uma identidade coletiva de dimensão ritual” (p. 7). Os espaços de pedra e cal ganham significados, quando estão vinculados a uma identidade coletiva, que pode ter representado algo em certo momento de sua existência, e que tenha sido (re) significado por determinados grupos, para outros usos e símbolos desse patrimônio.

Ainda para o autor, lugar de memória é o espaço: “enquanto dimensão simbólica o prédio transcende sua funcionalidade, interferindo na vida social e individual” (2013, p. 7). O patrimônio vai além do edifício físico-material, ele remete aos usos sociais, as memórias dos sujeitos para com esse patrimônio; vai do afeto ao desprezo, das significações e (re) significações desse bem, da valorização e não valorização; o importante é trabalhar e problematizar esse patrimônio, suas histórias e memórias na construção de uma história que contemplem todos os sujeitos sociais na (re) significação e na valorização desse patrimônio. Assim os autores são fundamentais nessa construção sobre o bem patrimonial e a sociedade.

Nosso trabalho é direcionado também para a educação patrimonial, na perspectiva do ensino em ambiente formal. Por isso, faremos menção de autores que trabalham com essa temática. Uma visão inicial sobre a educação patrimonial é trazida pela (CEDUC):

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (Clerot; Rampim, 2014, p. 19).

É nesse sentido que buscamos usar esse conceito de educação patrimonial no trabalho. A escola é o ponto de partida para a realização de ações que visem a educação patrimonial, sempre na expectativa de abranger essa educação para além dos muros escolares.

Para os autores, a educação patrimonial é uma ferramenta de alfabetização cultural, em que os sujeitos podem apropriar-se do conhecimento proposto por ela, e beneficiar-se com a capacidade de ter um olhar ampliado para mundo que os cerca, valorizando a cultura nacional, além de proporcionar outras habilidades:

Um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

Quando a sociedade em geral tem esse sentimento de pertencimento e valorização do seu patrimônio, a proteção desses bens, sejam eles materiais, ou imateriais, se solidificam de maneira muito forte, em que o estado não precisará fazer tanto esforço para os preservar, pois a própria sociedade se encarrega com muito afinco em promover e realizar a preservação dentro de suas possibilidades. O sentimento de pertencimento e de identidade, reforçam a proteção, e o amor da sociedade em geral na proteção dos bens culturais; o que só é possível, através de uma conscientização patrimonial bem elaborada e bem aplicada, tornando isso uma concretude. É nesse sentido que a educação patrimonial é dirigida, e nesse sentido trabalharemos com ela em nossa pesquisa voltado ao espaço escolar. Por isso, também trabalharemos com esse conceito de Horta sobre a educação patrimonial em nossa pesquisa.

O trabalho que ora desenvolvemos, é composto por três capítulos. O primeiro trata da importância histórica do Icó, juntamente com os bens patrimoniais tombados pelo Iphan, que foram resultados do período colonial bem como do apogeu econômico da cidade. O capítulo discute ainda, o início das políticas públicas no Brasil na era Vargas de cunho preservacionista, bem como da criação estatal do órgão responsável para o tombamentos dos bens culturais, ou seja, o Iphan. Ainda discutimos o processo de patrimonialização do sítio histórico de Icó, e a participação de João Rescala nesse processo. Abordamos os conflitos dos indígenas e colonos no processo de adentramento do sertão brasileiro.

Também abordamos as perspectivas do patrimônio icoense, ressaltando sua importância na história colonial e imperial do Brasil, destacando esse patrimônio que foi palco importante, tanto do movimento separatista na confederação do equador, da segregação dos negros no

período colonial escravista, bem como na edificação de casas e prédios no processo de colonização na América Portuguesa na capitania cearense. Por fim, dissertamos sobre as relações de conflito entre o Iphan e a sociedade icoense, bem como sobre as transformações ocorridas no modelo preservacionista do Iphan antes e depois dos anos 2000.

No capítulo dois, discutimos sobre o uso da Nova História e da História Cultural como novos modelos do pensamento, que nos permite pesquisar sobre múltiplos temas, bem como utilizar diversas fontes para embasar nossos trabalhos acadêmicos, o que nos permite trabalhar com a Educação Patrimonial e com o Patrimônio Cultural, o que outrora não era possível. Em seguida, discutimos o conceito e o surgimento da Educação Patrimonial, assim como sua aplicabilidade no Brasil da década de oitenta do século passado, bem como o surgimento do primeiro trabalho no Brasil sobre a educação patrimonial, no fim da década de noventa.

Após isso, dialogamos sobre a importância de se trabalhar com a educação patrimonial nos espaços escolares e fora deles, ressaltando como ela tem sua importância em mediar as relações entre os órgãos preservacionistas e a população, proporcionando um aprendizado eficaz sobre os bens patrimoniais. Outro ponto importante que abordamos, é a educação patrimonial como meio indispensável para mudar as mentalidades em relação aos bens patrimoniais, a fim de produzir sujeitos mais conscientes e engajados na proteção dos bens culturais. Também discutimos a educação patrimonial enquanto pensamento crítico e decolonial, em relação às narrativas oficiais sobre o patrimônio.

Além disso, também discutimos com uso de alguns autores, a necessidade de se formar profissionais da história capacitados para trabalharem com a educação patrimonial nas escolas, pois os profissionais que saem das universidades, não têm formação adequada para lidarem com a educação patrimonial, isso vem mudando ao longo do tempo, mas de forma lenta. Por fim, discutimos nesse capítulo, a inserção pela (BNCC) de habilidades importantes para a discussão voltada ao patrimônio cultural, bem como da (LDB) e dos (PCNs) no sentido de nortear e possibilitar discussões voltadas ao patrimônio cultural nas escolas.

No terceiro capítulo, analisamos as mudanças do formato da escola Lourdes Costa para o modelo de tempo integral, bem como as modificações em seu perfil curricular. Também trazemos as falas dos professores entrevistados com suas práticas pedagógicas dentro da sala de aula, bem como suas experiências e desafios lecionando a disciplina de Educação Patrimonial. Analisamos os conflitos entre a instituição federal que preserva os bens patrimoniais e a sociedade local, assim como a importância da educação patrimonial como processo educativo fundamental para a transformação das mentalidades dos educandos, e para a valorização patrimonial. Ainda trouxemos as abordagens relacionadas ao patrimônio cultural

usadas pelos professores, tanto a preservacionista, como a decolonial. Por fim, destacamos o retrocesso da retirada da disciplina de Educação Patrimonial do componente curricular da rede pública de ensino, para o ano de 2024.

CAPÍTULO 1. ICÓ E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A vila de Icó foi criada em 1736 ainda nos moldes da coroa portuguesa. Os principais prédios que foram criados para a burocracia estatal na vila foram: uma Casa de Câmara e Cadeia; uma igreja matriz, que foi anterior a instituição da vila, e ruas bastantes largas. Posteriormente foram criados uma Igreja do Rosário e um mercado público. A vila icoense já foi bastante importante no Ceará do ponto de vista econômico. De acordo com o IPHAN (1997), em caráter histórico, o Icó foi durante o século XIX o maior polo agrícola e comercial de todo o Ceará.

Sendo uma cidade economicamente rica, os nobres edificaram os muitos e belíssimos monumentos que podemos apreciar até hoje, e que são tombados pelo (IPHAN). O “Icó foi importante no Ceará, pois teve seu apogeu econômico no século XIX, exatamente na época onde a maioria de seus sobrados foram construídos” (Cruz, 2018, p. 43). Os monumentos estão diretamente ligados a formação da cidade. A parte planejada por Lisboa permanece quase como no início, com mudanças é claro, mas que conserva ainda muito sobre o início do antigo centro da cidade.

O conjunto arquitetônico tombado pelo (IPHAN) em Icó é bastante considerável, apesar de alguns monumentos terem ruído ao longo de anos por falta de cuidado. Ainda assim a cidade permanece com um sítio histórico com vários prédios antigos, de muita relevância histórica. A cidade foi uma das primeiras a ser criada no estado do Ceará, tendo como principal material econômico o gado, e tendo importantes vias de trajetos que a ligava a outros polos comerciais também importantes para o estado (IPHAN, 1997).

Uma das justificativas para o tombamento do sítio histórico da cidade pelo (IPHAN), foi o reconhecimento do fenômeno urbano de Icó. O fenômeno consistia exatamente no potencial econômico que o município teve, isso desde sua fundação ainda no estado de Vila, até sua emancipação política, tornando-se uma cidade. Esse período forte da economia local ficou conhecido como o círculo do couro. O fenômeno urbano de Icó foi um período em que a cidade se desenvolveu com o gado, a carne de charque e o couro. Tendo uma economia forte, houve a edificação de vários prédios nobres como se pode ver até a atualidade. Esses materiais preciosos à época, giravam e deixavam a economia do Icó muito forte. E o sítio histórico icoense como já citado, foi também o legado desse momento pujante da economia icoense. Com tantos monumentos edificados necessitando de uma proteção do estado, iniciou-se no século XX o processo para o tombamento dos bens patrimoniais (IPHAN, 1997).

No período do governo do presidente Vargas, o Brasil passou a adotar uma política pública de proteção e valorização do patrimônio material brasileiro. Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o que mais tarde se tornaria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse foi o órgão criado para atender essa demanda do estado. Foi nesse sentido estatal que o sítio histórico icoense foi tombado pelo o estado, através do Iphan.

O processo de tombamento do sítio histórico da cidade, Foi iniciado em 1974, e homologado mais de 20 anos depois do seu pedido:

O então Assessor do Iphan e representante do Conselho Superior do IAB, Augusto Carlos da Silva Telles, indicou o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do município de Icó em 1974, juntamente com o de Aracati. Porém, passaram-se mais de vinte anos até que os estudos sobre Icó fossem realizados. O pedido de tombamento, sob o processo 968-T-78, foi relatado pelo Conselheiro Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e aprovado por unanimidade na 12ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2 de dezembro de 1997. O tombamento foi homologado pela Portaria Ministerial nº 237 do Ministério da Cultura em 10 de julho de 1998, tendo o bem sido inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com isso foram protegidos 268 imóveis, em uma área de 12,35 ha e 1.545 imóveis na área de entorno, em uma área de 59,06 há (BRASIL, 2014, p. 1).

Após um demorado processo, o Icó passa a ter um patrimônio material reconhecido como importante, não somente local, mas também nacionalmente pelo (IPHAN). Sendo o município icoense um dos primeiros a ser criado no Ceará, ele está inserido no processo de desbravamento do interior nordestino. Onde a expansão do estado, se deu do interior para fora, e não como em outros estados do Brasil, onde o processo iniciou-se pelo litoral.

A justificativa para o tombamento do sítio histórico icoense pelo (IPHAN), alicerçou-se no âmbito histórico do município, bem como por seu valor arquitetônico. “Enfim, o tombamento se deu porque o Iphan concluiu que além de toda a importância no Ceará, o Icó também é um documento Arquitetônico que pode ser lido, por seus belos prédios por todo centro Histórico, e que deixa bem visível, a árdua conquista do sertão nordestino” (Cruz, 2018, p. 43). O sítio histórico icoense é muito importante para a compreensão da história local e nacional:

A 4ª Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento, em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão

nordestino. Sem nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país (IPHAN, 1997, p. 36).

Podemos perceber que tanto a história local, bem como o patrimônio material, são importantes para a história nacional, assim, entendemos que essas visões sobre a história, e sobre a história patrimonial devem fazer parte das escolas municipais icoenses, para que através da história, e da história do patrimônio, novos sujeitos sejam formados com o conhecimento de história local e patrimonial, e criem com esse conhecimento os sentimentos de identidade e de pertencimento para com o patrimônio cultural, valorizando e usufruindo dos bens patrimoniais.

Como já dito, em 1937 o governo Vargas estava valorizando o patrimônio material brasileiro, fazendo isso parte de sua política de construção de uma identidade nacional, para isso, ele criou um órgão que ficou responsável por mapear e tomba os patrimônios que eles achavam terem valor para tal. O quadro de funcionários do (SPHAN) em 1937 era composto basicamente por profissionais da arquitetura, por isso, o patrimônio preservado eram os monumentos de pedra e cal, isso foi mudando ao longo da história do órgão, pois posteriormente, foram incluídos profissionais de outras áreas, como por exemplo os da história, o que teve uma melhora significativa sobre a concepção do que é patrimônio, bem como do que preservar:

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (Fonseca, 2003, p. 56).

A política de tombamento mencionada pela a autora, era uma prática voltada a preservação de monumentos e lugares que o estado considerava importante para o patrimônio nacional, não valorizando os demais patrimônios como as obras de artes e histórias. O valor do patrimônio tombado pelo (SPHAN) era voltado a proteção do patrimônio pelo seu valor arquitetônico e pelo valor histórico das elites, não pelo valor cultural que eles podiam ter para a sociedade em geral.

Como já dito, ao longo do tempo as políticas de patrimonialização do (IPHAN) foram remodeladas, e o órgão passou a proteger também fábricas, igrejas, quilombos, pelourinhos

entre muitos outros lugares que outrora não era possível o tombamento. Essa preservação deixou de ter como parâmetros unicamente os resquícios do colonialismo e das elites, e passou a ser preservado por seu valor histórico e cultural. Isso fica notório com a justificativa do (IPHAN) para a proteção do patrimônio icoense. Diferente das igrejas cobertas por ouro em Minas Gerais, as do Nordeste brasileiro foram edificadas com os materiais existentes na localidade, em sua grande maioria, eram monumentos belos, mas sem conter as preciosidades do metal encontrado em Minas Gerais, e mesmo assim, ainda havia dificuldades para a edificação delas. Somente os prédios das elites icoense tinham alguma preciosidade, por conta do poder aquisitivo das famílias. Alguns prédios até hoje têm na sua fachada cerâmicas advindas de Portugal, mas esse era um luxo para poucos.

O tombamento do Sítio histórico de Icó se deu tanto por seu valor histórico, bem como por seu valor arquitetônico. Apenas três cidades do Ceará conservaram os monumentos históricos de forma íntegra, e o Icó foi uma delas. O patrimônio da pedra e cal icoense está ligado diretamente ao processo de colonização do sertão nordestino. As cidades de Sobral, Aracati e o Icó, foram as primeiras no desbravamento das terras do interior do Ceará, bem como foram as responsáveis por ligar as principais rotas comerciais do estado. Diferentemente do Rio de Janeiro, da Bahia bem como de outros estados do país, em que seu desenvolvimento econômico se iniciou pelo litoral, no Ceará aconteceu o oposto, onde o estado foi desenvolvido economicamente de dentro para fora, ou seja, do interior para o litoral:

Icó, Aracati e Sobral. Em razão de sua localização geográfica estratégica elas constituíram os principais eixos de desbravamento e ocupação dessa porção do território nacional e de formação de uma importante rede de cidades. Nesta parte do Brasil, a colonização se deu de dentro para fora, ou seja, não aconteceu a partir do litoral, como na maior parte das ocupadas pelos portugueses e holandeses, o processo de colonização economicamente sedimentado começou no sertão e desenvolveu-se somente no século XIX. Fortaleza, por exemplo, embora esteja localizada num dos mais antigos pontos de ocupação da costa, tornou-se um núcleo urbano importante somente no final do século passado. Até pouco antes, as principais cidade do estado, do ponto de vista econômico, eram Icó Aracati e Sobral (IPHAN, 1997, p. 31).

Assim, podemos constatar que o Icó teve papel importante na economia cearense, e que cidades do interior foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico do estado.

A partir do gado trazido da Bahia e do Pernambuco pelos sesmeiros para o Ceará, o estado teve um desenvolvimento a partir do bovino, usando-o para trabalhos forçados no engenho e nos transportes com a carroça, bem como no consumo da carne, da carne de charque e do uso do couro: (...) “o Icó cresceu mais com o couro comercializado para outras províncias

onde não existia a criação de gado, e também para a Europa. Aquele produto era utilizado a partir do calçado à cama de dormir” (Lima, 1998, p. 17). Assim o Icó foi beneficiado e desenvolvido economicamente com a carne de charque e com o couro do gado. (...) “pois não só o couro como a carne charqueada que era também mandada para os países do Velho Mundo e para as províncias onde era praticada a mineração, para ajudar no árduo trabalho da extração de minérios preciosos” (Lima, 1995, p. 14).

Com a ocupação e o desbravamento dos sesmeiros no Ceará e no sertão nordestino, o Icó participou do processo de invasão pelos sesmeiros do sertão do Nordeste, não foi um processo pacífico, pois foram muitos os conflitos causados pelo desejo da posse das terras.

Os sesmeiros também defrontavam-se com os índios, os primeiros donos da terra do Icó, que não entendia nem aceitavam o regime das sesmarias. Viviam as duas partes em constantes lutas, considerando o nativo o colonizador, um intruso e usurpador. A revolta do indígena era muito grande, e em represália matava, roubava, assaltava, tudo em vindita, tudo para vingar-se do dominador branco (Lima, 1998, p. 53).

Além do conflito entre os sesmeiros pela posse de terra, e as brigas de famílias, os colonos ainda tinham que enfrentar a fúria dos povos originários que entendiam que os sesmeiros nada mais eram do que invasores de suas terras, e os conflitos acabaram por deixar muitas baixas aos povos originários que morriam, mas que não se entregavam de forma pacífica.

Tratando ainda sobre os monumentos que foram construídos ao longo do tempo, temos o botânico Freire Alemão que veio ao Icó com uma Comissão Científica em 1859, ele descreve sobre a arquitetura dos prédios da cidade, os prédios da rua principal eram os melhores da cidade segundo o botânico, seria lógico, pois era onde residiam as elites da cidade. Ele também identificou casas bonitas exteriormente, mas com muita simplicidade no seu interior. Vejamos o que ele fala:

As casas são quase tôdas térreas, e a rua que tem mais sobrados é a do Comércio, rua larga, e quase direita, e onde há as melhores casas de negócios. Não é calçada mas as casas são bordadas de passeios largos e altos, de tijolo, ou de pedras irregulares. Esta é a rua principal da cidade. Há casas (como a que acaba de fazer o Vigário) que têm um bonito aspecto, mas por dentro são simples salas, e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeiramento do telhado, barrotes de soalhos etc., é de carnaúba. São pouco adornadas de trastes, que são sempre muito singelos. (Em algumas casas, da melhor gente, vi cômodos, ou papeleiros de mógono, ou de outra madeira, na sala de visitas assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas dos sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças; as portas muitas não são pintadas, as casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas, geralmente com tijolos hexagonais. Há quatro igrejas, com uma só torre a um lado, e muito baixa; por

fora estão limpas, mas no interior mui desornadas, o corpo da igreja é sempre de telha-vã, o pavimento ladrilhado – ladrilhos hexagonais, pela maior parte, feitos aqui. Não há tantos morcegos, como em outros templos que vi vindo do Aracati. Teatro, ainda não está concluído, e tem sido feito por subscrições e à diligência do Dr. Théberge. Tem uma bonita frontaria com colunas, feitas de tijolo (Anais, 1961, p. 283).

Outrora o Icó urbano era composto por três ruas. A hoje Dr. Inácio Dias, foi a rua do comércio como citada pelo Freire Alemão, rua essa que foi o centro planejado por Lisboa, próximo ao rio salgado (Anais, 1961). A hoje General Piragibe, que é literalmente a rua do meio, sendo também tombada pelo (IPHAN); ela é composta por muitas edificações simples. Por fim, a rua Ilídio Sampaio, rua essa que é composta por muitos monumentos belos.

A rua principal ainda hoje mantém-se com a maior parte dos monumentos erguidos, graças ao trabalho de preservação do estado. O Icó foi importante para a economia do estado do Ceará, assim justificou o Iphan o tombamento do sítio histórico da cidade, mas não apenas por essa importância econômica, mas principalmente porque o Icó é um documento arquitetônico que pode ser lido através dos monumentos ainda hoje erguidos. Para o Iphan, o Icó com seu patrimônio arquitetônico, representa a árdua conquista e desbravamento do sertão nordestino, por isso o sítio histórico da cidade foi preservado pelo estado através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse é um sítio histórico importante não somente para o município, mas para a história do Brasil também. É inegável que o Icó com seu conjunto arquitetônico bem como com sua história são importantíssimos não somente para a história do estado cearense, mas para além dela, refletindo um passado econômico e colonial do Brasil.

Alguns monumentos foram incluídos posteriormente ao rol de edifícios protegidos pelo Iphan, como é o caso da Igreja do Rosário:

(...) outros elementos de grande importância para a compreensão do quadro arquitetônico e do fenômeno urbano de Icó foram incluídos no tombamento: os edifícios da igreja do Rosário (...) portanto, prolongou-se o eixo pela atual Rua general Piragibe, **resgatando a memória do caminho da rua do meio, tradicionalmente ocupada pelo povo pobre e mestiço da cidade que tinha neste edifício espacialmente segregado, o seu ponto de reunião e de vida comunitária** (IPHAN, 1997, p. 35, grifo nosso).

Por ser um monumento importante para a história, por se tratar das classes menos favorecidas socialmente e economicamente, sem falar dos descendentes dos povos africanos que frequentavam o templo católico, que para eles fora erguido, a Igreja do Rosário foi também incluída no tombamento pelo Iphan, pois como destacamos na citação, existe uma valorização da história e das memórias do povo pobre e mestiço que viveu na rua do meio à época.

Em relação ao patrimônio cultural icoense, antes que ele fosse tombado pelo (IPHAN), houve uma figura importante que contribuiu para esse processo de tombamento, João Rescala.

João Rescala foi funcionário do (SPHAN) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele andou bastante pelo país, durante suas viagens a serviço do órgão, ele passou por vários estados do Brasil; inclusive o Ceará, onde também caminhou por muitas cidades cearenses, dentre elas o Icó. Foi justamente nesse período em que estava havendo a política de proteção do patrimônio brasileiro que Rescala veio a Icó, a fim de registrar o patrimônio icoense através da fotografia, para que posteriormente viesse o tombamento dos monumentos desta cidade (Cruz, 2018, p. 35, 36).

O professor Veio ao Ceará no ano de 1940, e ficou no estado por um período de um ano e meio. Nesse tempo, ele passou pela cidade de Icó, e fez vários registros sobre o sítio histórico da cidade, desde a planta da Igreja do Rosário, além de várias fotografias dos monumentos históricos da cidade. Esse Acervo foi usado para auxiliar no tombamento do sítio histórico icoense. Assim o patrimônio local icoense tem sua importância histórica, e desejamos que ele continue preservado para as próximas gerações.

A Igreja do Rosário do Icó que foi edificada no século XVIII, período ainda colonial que representou a escravização dos povos africanos e seus descendentes, também período marcado pela segregação racial na colônia lusitana, bem como foi o período do sincretismo religioso, e da luta e resistência negra. Tendo a Igreja do Rosário toda essa representatividade, ela foi tombada pelo Iphan, tornando-se um monumento histórico importante.

Figura 1- Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2018.

Outro monumento histórico importante que pertence ao sítio Histórico icoense é a Antiga Casa de Câmara e Cadeia. Lugar esse que após o desuso para esses fins, passou a ser o Centro de

Arte e Cultura do Município, mas atualmente está funcionando como a Secretaria de Educação do Município.

Figura 2- Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Icó.



Fonte: José Paulo Lacerda. Coleção Digital de fotografias do Acervo da Superintendência do IPHAN-CE.

Em 1824 iniciou-se um movimento separatista e republicano no estado do Pernambuco, que logo espalhou-se pelos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O Icó foi participante ativo nesse movimento: (...) “quando aos 11 de julho de 1824, em agitada sessão, a câmara recusou obediência à Constituição do País, instalando-se nesse mesmo dia em Icó o Governo Provisório – claro – com todos os poderes existentes numa Capital” (Lima, 1998, p. 31). Por isso se diz que o Icó foi também capital do estado, mesmo que por pouco tempo. A presidência da capital ficou sob o comando do Vigário Felipe Benício Mariz, o secretário era o Padre Manoel Felipe Gonçalves e os comandantes de Armas foram, Amorim Vogais, João Araújo Chaves, Henrique Luís Pedro de Almeida e João André Teixeira Mendes, esses foram os principais responsáveis pelo governo provincial provisório (Lima, 1998).

Essas decisões políticas foram tomadas justamente no prédio político administrativo da época, a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Icó. Quando o movimento separatista foi reprimido pela coroa portuguesa, alguns¹ que participaram do movimento foram mantidos presos até serem transferidos para Fortaleza, a saber, Barbara de Alencar e seu filho Tristão Gonçalves. Enquanto outros cinco foram fuzilados ali mesmo na antiga câmara. Então esses dois monumentos que fazem parte do sítio histórico da cidade, foram palco importante de eventos

¹ Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/pliniobortolotti/2010/01/15/casa-da-camara-e-cadeia-de-ico-e-a-confederacao-do-equador/>. Acessado em: 29/ 10/ 2023.

históricos ocorridos na colônia lusitana e no Império brasileiro.² Percebemos assim, que a história, e a história do patrimônio caminham juntas e são importantes para a formação cultural dos educandos e da população em geral. O patrimônio cultural icoense, foi historicamente palco ativo importante da história, palco ativo de luta e resistência, trazendo consigo hoje, uma alta carga de valor patrimonial.

Esse saber histórico hora mencionado, pode através da educação patrimonial ser utilizado como forma de leitura sobre a história, realizando uma simbiose entre história e patrimônio, fazendo disso um ponto de partida para o diálogo em sala de aula sobre os processos históricos. Incluindo nesse debate os lugares de memória, e as memórias. Ao trabalhar com a educação patrimonial na escola, faz-se necessário a contextualização do patrimônio com os processos históricos, não somente contextualiza-los, mas também problematiza-los. Usando assim o patrimônio cultural como ponto de partida para os debates, sendo isso de suma importância para o aprendizado do saber histórico.

Por falta de uma educação voltada ao patrimônio, e de ações patrimoniais do estado nesse sentido para a população local, os icoense acabam não percebendo a importância histórica do próprio patrimônio, e poucos conhecem sobre a história da cidade, bem como dos bens patrimoniais que ora citamos. O que tem ocorrido ao longo dos anos no Icó, é um acirramento entre o Iphan e a população local, pois os populares que residem no sítio histórico desejam realizar mudanças em seus prédios e casas e não podem, porque eles são protegidos pelo estado, aumentando a ira dos populares e aumentando o desejo e o discurso de destruição dos bens patrimoniais.

Alguns dos demais populares da cidade que não residem no sítio histórico até entendem que existem os bens patrimoniais tombados pelo estado, mas não conhecem a fundo mais nada além disso, e como não há políticas públicas para o patrimônio promovido pela prefeitura, nem pelo estado ou a União, seja ela turística ou de educação patrimonial, o conhecimento sobre o patrimônio local é mínimo, e isso por uma parte considerável dos populares. A ideia de que o patrimônio deve ser preservado, valorizado e promovido, é unicamente uma ideia pregada pelo órgão competente de proteção, não sendo muito bem compreendida pela sociedade icoense. As únicas ações de cunho educativo atualmente, são as promovidas pela prefeitura, e elas são recentes e apenas aplicadas nas escolas. Assim a educação voltada ao patrimônio é algo fundamental para o entendimento da população local, referente ao patrimônio da cidade.

² Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/pliniobortolotti/2010/01/15/casa-da-camara-e-cadeia-de-ico-e-a-confederacao-do-equador/>. Acessado em: 29/ 10/ 2023.

Para além do patrimônio material icoense, o Icó também dispõe do seu patrimônio imaterial, a saber, a festa do Senhor do Bonfim, reconhecida localmente como patrimônio imaterial icoense, pela lei Nº 1.111 de 2021: “Art. 1º - Fica declarado Patrimônio Histórico Cultural do Município de Icó as festividades do Senhor do Bonfim, realizada no dia 01 de janeiro de cada ano” (CEARÁ, 2021, p. 1).

Figura 3- Festa do Senhor do Bonfim em Icó.



Fonte: Acervo digital do blog do Farias, 2 de janeiro de 2018.³

Esse é um esforço local para reconhecimento e apoio na valorização do patrimônio imaterial icoense: “Art. 2º - Fica o município de Icó autorizado a prestar apoio necessário para a manutenção, conservação e preservação do patrimônio histórico contido no artigo anterior” (CEARÁ, 2021, p. 1). Apesar da festa no Icó não ser reconhecida pelo Iphan como patrimônio imaterial nacional, como são em outros estados, a festa do senhor Bonfim continua tendo sua importância religiosa, atraindo todos os anos pessoas de vários lugares do estado e do país para a participação na festa que é reconhecida nacionalmente, e também é realizada por vários estados do país, bem como em alguns países da África. Assim a festa é importante do ponto de vista religioso, bem como do patrimonial.

É muito importante dialogar sobre o saber histórico, relacionando-o com os bens patrimoniais, por isso, a educação patrimonial é necessária e importante para esse aprendizado, nunca deixando de lado a contextualização dos momentos históricos, com suas tensões e conflitos, em que esse patrimônio, seja ele qual for, foi criado; até o momento histórico, com tensões e conflitos de seu processo de patrimonialização, até a concretude desse processo, lhe dando o título de patrimônio histórico, seja local, nacional ou mundial, material ou imaterial.

³ Festa Religiosa do Senhor do Bonfim é encerrada com queima de fogos de artifícios em Icó. BlogdoFARIAS. Disponível em: <https://www.blogdofarias.com/2018/01/02/festa-religiosa-do-senhor-do-bonfim-e-encerrada-com-queima-de-fogos-de-artificios-em-ico/>. Acessado em: 04/11/2023 às 09:35.

Sabemos que a priori, o patrimônio valorizado era o patrimônio material, mas as transformações do homem no tempo aconteceram, e o patrimônio imaterial ganhou espaço nesse diálogo patrimonial.

No ano 2000 o patrimônio imaterial também foi instituído como política pública para o patrimônio, sendo criado quatro livros para os registros dos novos bens patrimoniais, através do decreto nº 3.551 de 4 de agosto: “Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000, p. 1). A partir desse decreto, o patrimônio imaterial foi oficializado no Brasil: “Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2000, p. 1).

A partir disso, foram criados os livros de registros do patrimônio imaterial, a saber: o Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro dos Lugares; Livro de Registro das Celebrações e o Livro de Registro das Formas de Expressão. Assim a vertente patrimonial se desvencilha do patrimônio da pedra e cal ainda colonial, e passa a abranger a vertente das práticas sociais, ritualísticas da sociedade brasileira, olhando mais para a sociedade local, desvencilhando-se do colonialismo patrimonial.

A partir daí o pensamento decolonial encontra o que costumamos chamar de cultura popular e as políticas sobre os patrimônios culturais no Brasil atual, destacadamente em seu aspecto imaterial. Encontro que abre a possibilidade para a valorização de manifestações culturais populares subalternizadas, mas, sobretudo, para que estas não sejam fetichizadas, esvaziadas de seu sentido histórico, perdendo o viés descolonial que tiveram e o potencial decolonial que têm, suas idiossincrasias, devires e possibilidades de futuro (Amaral, 2018, p. 253).

A partir da Nova História e da História Cultural, pudemos transformar o pensamento sobre o patrimônio para não ser entendido como somente o de pedra e cal. O patrimônio imaterial também passou a ser importante para a história do patrimônio. Futuramente a festa do senhor do Bonfim também poderá ser registrada no livro das celebrações do Iphan, realizando a concretude como bem patrimonial importante para a sociedade icoense. É importante compreender que se deve preservar e valorizar o patrimônio cultural, contudo o processo de aceitação e valorização pela sociedade desse patrimônio cultural, passa pelo entendimento de que a educação patrimonial é parte fundamental nesse processo, pois é a partir dela que se usa de estratégias para a conscientização da importância de preservar e zelar dos bens patrimoniais. Esse será o foco abordado no seguinte capítulo.

CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Com a ampliação do campo de estudo da história, abandonamos o positivismo e passamos a seguir novos horizontes com a Nova História e com a História Cultural. A partir disso, podemos pensar sobre a história de múltiplas formas, inclusive com a micro-história, que é o modelo usado neste trabalho. Assim, podemos pensar sobre os processos educacionais voltados ao patrimônio cultural, imaginando-o como um processo educativo que prima pela preservação e valorização dos bens patrimoniais. Em solo Inglês nasce o conceito de educação patrimonial pela primeira vez, *Heritage Education*, que é traduzido como “herança cultural”, seria uma espécie de alfabetização cultural; tendo como principal objetivo fazer com que os sujeitos adquiram a habilidade de realizar uma leitura dos processos sociais e históricos que os cercam, bem como problematizá-los e contextualizá-los no mundo que os rodeia:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta, 1999, p. 4).

A educação patrimonial leva os educandos e a população em geral a terem um conhecimento histórico muito mais amplo, para além do patrimônio de pedra e cal, ela permite que os sujeitos realizem leituras históricas a partir do uso patrimonial como fonte primária, bem como gera nos educandos e na comunidade o apego e a valorização aos bens patrimoniais brasileiros.

Foi a partir das experiências dos ingleses, que a museóloga Maria de Lourdes Horta trouxe para o Brasil em 1980 o conceito e metodologia da Educação Patrimonial, sendo realizada a sua primeira ação no Rio de Janeiro, no Museu Imperial de Petrópolis. Em 1983 foi apresentada a primeira sistematização de como funcionaria a Educação Patrimonial, e em 1999 saiu o primeiro trabalho sobre o tema, o Guia Básico de Educação Patrimonial:

A Educação Patrimonial no Brasil é, ainda, um objeto e um programa pouco explorado, tanto na proposição e prática de políticas públicas quanto nas reflexões acadêmicas. É um universo a se descortinar, aberto aos pesquisadores que procurem os elos entre o patrimônio cultural e a atividade turística, com vistas à formação humana genérica por meio da educação patrimonial (Cardozo; Melo, 2009, p. 8 *apud*, Fava; Martins; Lara, 2017, p. 2858).

O tema está em constante aprimoramento, esperando que os pesquisadores do patrimônio se debrucem sobre a temática, visando a promoção do turismo, do patrimônio cultural e da formação cidadã por intermédio da educação patrimonial. A cada dia, novos trabalhos estão sendo desenvolvidos nesse campo do saber, o conhecimento vai sendo aprimorado ao passar dos anos.

A educação patrimonial pode ser considerada como uma metodologia em que se busca dialogar sobre os bens patrimoniais e o saber histórico, usando também o processo de ensino-aprendizagem freiriano, o que possibilita não só a obtenção do saber histórico, mas ocasiona na produção de novos materiais e novos projetos em ambiente escolar e fora dele. Para Capistrano (2019, p. 6), a educação patrimonial consiste em uma: (...) “ação alfabetizadora da sociedade no caminho a ser traçado para a formatação de políticas públicas de preservação dos lugares de memórias”. A educação patrimonial pode e deve levar tanto os educandos, bem como a sociedade a valorizar o patrimônio, não só o material, mas o imaterial também, pois como diz o autor, é através da educação patrimonial que as políticas para o patrimônio no futuro serão geradas.

Ainda para o autor: (...) “a Educação Patrimonial, pois a compreendemos como um conjunto de ferramentas a serem utilizadas na feitura da transmissão de saberes sobre o Patrimônio Cultural para a população de um modo geral” (Capistrano, 2019, p. 12). O ensino-aprendizagem deve ser levado em consideração nesse processo, mantendo sempre um diálogo com a sociedade, o patrimônio e o saber histórico, utilizando de todos os meios pedagógicos possíveis para o ensino da temática patrimonial. Para Horta (1999, p. 4) a educação patrimonial é vista como:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A autora enfatiza que a educação patrimonial tem que ser um processo constante, para que possa gerar resultados positivos, tanto de forma individual como coletiva nas crianças e nos adultos sobre a importância da preservação e da valorização dos bens patrimoniais materiais e imateriais. Ela afirma que o contato dos sujeitos com o patrimônio cultural cria neles

sentimentos de pertencimento e valorização, o que facilita a apropriação e um melhor usufruto para com a herança cultural. Assim como afirma a autora, a partir desse processo, novos conhecimentos serão gerados, bem como materiais para trabalhar com a educação patrimonial, pois esse é um processo contínuo de criação cultural.

A educação patrimonial proporciona o saber histórico de alfabetização cultural como diz Horta (1999), e saber social, pois os sujeitos a partir da obtenção desse conhecimento, passam a trazer consigo não somente uma capacidade de olhar diferente sobre a história do patrimônio, mas passam a valorizar, proteger e a sentirem-se parte integrante importante desse patrimônio. A parceria e o diálogo entre o Iphan e a sociedade é fundamental e facilita a interação e a troca de conhecimento, vislumbrando unicamente a proteção e a valorização dos bens patrimoniais, através da educação patrimonial.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens (Horta, 1999, p. 4).

Se a educação patrimonial está presente em um ambiente informal, e está entre pesquisadores e estudantes universitários; muito mais deve-se estar em ambiente escolar, onde este seja um espaço de diversificação cultural, de aprendizado e de elaboração de novos materiais e projetos de formação patrimonial, onde os educandos sejam capazes de transformar sua realidade a partir do conhecimento histórico, sendo orientados pelos docentes de suas escolas.

A educação patrimonial é um meio utilizável para conscientizar os educandos e a população em geral da importância da proteção e valorização dos bens patrimoniais, buscando valorizar a história do patrimônio e a cultura brasileira:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (Moraes, 2004. p. 1).

Por isso, faz-se necessária a sua atuação, não somente nos espaços públicos culturais, mas também nos espaços escolares, para que possa haver a partir disso, uma nova cultura social de preservação, proteção e valorização desse patrimônio, mudando a mentalidade das próximas gerações, de como deve-se pensar sobre patrimônio.

Para a preservação do patrimônio, a sociedade também é uma parte importante nesse processo. “E para que o patrimônio seja preservado, é essencial que os indivíduos que compõem uma sociedade tenham esses sentimentos de pertencimento, pois as pessoas tendem a cuidar melhor do que é seu” (Fava; Martins; Lara, 2017, p. 2858). Também para Teixeira (2008, p. 199):

Ao desenvolver a pesquisa, podemos considerar que esse tipo de ação educativa utiliza os bens culturais como fonte primária do conhecimento, gerando um diálogo permanente entre os indivíduos e os patrimônios culturais. Portanto, suscitando um grau de pertencimento, fazendo com que o indivíduo adquira o hábito de valorizar e preservar neste caso, praticando a cidadania.

A educação patrimonial tem como finalidade fazer a ponte entre a sociedade e a valorização do seu patrimônio, no intuito de que eles tenham uma ação de valorizar o patrimônio, assim como fomentar o conhecimento sobre o tema, tanto em ambiente informal como escolar:

Despertar o interesse dos estudantes é possível que o respeito e a valorização à diversidade sociocultural também passe a ser uma constante, pois o aluno ao visitar o patrimônio do local em que vive acaba se identificando e reconhecendo a si mesmo como sujeito ativo na construção daquele patrimônio (Gomes; Mota; Perinoto, 2012, p. 89 *apud*, Fava; Martins; Lara, 2017, p. 2858).

Essa é a finalidade da educação patrimonial em sala de aula, o de construir sujeitos mais conscientes sobre a importância de valorizar o patrimônio, bem como fomentar uma nova sociedade que vislumbre o patrimônio cultural, como digno de ser preservado.

No entanto, para que isso seja possível, faz-se necessário trabalhar com os educandos e com a sociedade em geral, para que essa mentalidade preservacionista seja sempre constante:

O patrimônio a ser preservado tem que ser algo que diz respeito à sociedade, não deve ser nada imposto pelo órgão de preservação. Dessa forma, podemos justificar a importância do trabalho da Educação Patrimonial, pois nesse processo educacional permanente a sociedade terá a possibilidade de conhecer, se apropriar e valorizar o patrimônio cultural local (Teixeira, 2008, p. 207).

A visão da autora sobre o assunto vai para além do poder estatal de construir e impor sua história ao patrimônio que deseja preservar e legar, ela aponta para as ações da educação patrimonial para além do estado, em que a sociedade seja a promotora também de ações de valorização dos bens patrimoniais, tendo como meio importantíssimo a educação patrimonial.

A educação patrimonial proporciona um aprendizado cultural, pois as pessoas não aprenderam sobre a importância da preservação e valorização dos bens patrimoniais, essa é a cultura que a educação patrimonial visa estabelecer entre a população e o patrimônio cultural, para que se crie a partir disso, uma autoestima entre os sujeitos e o patrimônio, já que essa é uma ideia nova trazida pela história enquanto ciência. Para Machado (2020, p. 158) a educação patrimonial é um aprendizado cultural:

(...) o que estamos entendendo por Educação Patrimonial. Trata-se de um aprendizado cultural que se desenvolve desde que o homem nasce até que ele morre como, por exemplo, a maneira como concebemos a morte também é resultado do patrimônio cultural do grupo social do qual ele faz parte. Por isso, os segmentos educacionais, em especial as secretarias e coordenadorias de educação, os professores dos anos iniciais e os professores de história, na Educação Básica, têm o compromisso de articular uma educação patrimonial aos planos pedagógicos, planos de trabalho (currículos formais e vividos) e planos de aula, centrados no pluralismo cultural.

A educação patrimonial pode ser trabalhada em outras ciências além da história, isso depende muito dos planos pedagógicos de cada escola, todos os esforços são realizados pelos profissionais da educação, no sentido de promover uma educação patrimonial proveitosa e rica em conhecimento cultural. A autora reforça sobre a diversidade do que é patrimônio e do que deve ser trabalhado em sala de aula, um patrimônio para além da pedra e cal, e muito próximo do pluralismo sociocultural.

Para Medeiros e Surya (2009, p. 7), a educação patrimonial é fundamental para a conscientização da população para a preservação dos bens patrimoniais, sem ela essa ação torna-se complicada:

A educação patrimonial é uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a não realização repercute de forma negativa pois torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, por desconhecimento quanto a importância que os mesmos têm para a manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Sem a educação patrimonial os sujeitos tendem a rejeitar as medidas de preservação do estado, passando a ser unicamente as ações impostas por ele na preservação do patrimônio; sem a participação da sociedade que não recebeu o conhecimento necessário para a valorização do patrimônio cultural, os bens patrimoniais correm o risco de serem perdidos no tempo, principalmente o patrimônio imaterial, que não sobrevive sem a sociedade que o mantenha vivo.

Então a população é parte importantíssima nesse processo, coisa que o estado vem percebendo tardiamente. Por isso, é de suma importância trabalhar com a educação patrimonial, tanto nas escolas, como fora dela, para que passe a existir os sentimentos de pertencimento e valorização, para que assim possa haver a preservação, a proteção e os cuidados da sociedade para com o seu patrimônio cultural.

Uma sociedade que não se identifica com os bens patrimoniais, não se importa com eles, por isso, a educação patrimonial é importante nesse sentido, para que essa visão seja mudada, e os sujeitos passem a reconhecer os bens patrimoniais como importantes e dignos de serem preservados:

Quando a população se apropria e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos da nação torna-se mais fácil atuar com políticas de preservação. Portanto, Trabalhos de educação patrimonial que atuem na conscientização da população para a proteção do patrimônio são essenciais nas políticas de preservação (Medeiros; Surya, 2009, p. 7, 8).

Uma população bem instruída pode valorizar os bens patrimoniais, pois quando a sociedade se sente representada, e consegue enxergar que os bens fazem parte de sua história, a preservação torna-se mais fácil, e o trabalho da educação patrimonial torna-se essencial nesse processo. Quando a sociedade passa a reconhecer o patrimônio como bem importante a ser preservado, seja ele material ou imaterial, o patrimônio alcança um estágio superior na sua preservação e valorização pela sociedade, pois sem uma sociedade consciente, os bens patrimoniais não fazem sentido, a não ser para o estado, que quando seus recursos monetários se esgotam, o tempo se encarrega de extirpar o que sobrou desse patrimônio. Assim, a educação patrimonial é notavelmente um caminho importantíssimo para conscientização social a respeito da proteção, valorização e manutenção dos bens patrimoniais e culturais. Esse é o papel da educação patrimonial, a promoção do conhecimento dos bens patrimoniais para com a sociedade em geral.

Para Paula (2021, p. 601) (...) “precisamos pensar uma educação para o patrimônio sob a ótica de Paulo Freire, ou seja, como um processo de construção de saberes do qual fazem parte educadores e educandos e não como uma prática hierárquica de lugar do saber”. Onde os educandos não estarão aptos a somente receber a narrativa oficial do estado, mas que ambos trabalhem também na desconstrução de narrativas que privilegiem somente o grupo dominante do poder. O objetivo não é somente apresentar a versão oficial, mas também problematizá-la e realizar a apresentação de outras perspectivas:

É nesse contexto que o ensino de História pode ser discutido junto ao patrimônio cultural. Visando a possibilidade de desenvolver uma reflexão questionadora sobre os espaços da cidade e os bens patrimoniais apresentados a partir da oficialidade ou não. O professor de História ao trabalhar com o patrimônio em sala de aula, deve ter clareza de que não pode agir como gestor público ou qualquer coisa que o valha, mas deve procurar estratégias pedagógicas que estimulem uma elaboração crítica a respeito dos lugares, saberes e fazeres que estão sendo apresentados ali enquanto patrimônios culturais, inseridos em uma dada ordem de tempo (Paula, 2021. p. 602).

Esse é o pensamento que atualmente se tem quando a questão é a educação patrimonial, o da problematização e da crítica às narrativas oficiais que cercam o patrimônio, e a formulação de novos saberes, como nos diz também (Medeiros; Surya, 2009, p. 6):

A educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Os autores seguem esse pensamento de não prosseguimento da história oficial do estado com relação ao patrimônio, mas propõem uma educação patrimonial que venha romper com essa barreira do estado, que seja um processo pedagógico contínuo e problematizador, tendo como ponto de partida, os objetos e expressões como afirmam os autores, que seus conceitos podem ser traduzidos e entendidos, bem como nesse processo, novos conceitos e conhecimentos podem surgir.

Os autores propõem uma educação patrimonial aos moldes da concepção de educação de Paulo Freire, em que se formem educandos com uma capacidade analítica aguçada e emancipadora, sendo que esse processo seja leve e prazeroso para os educandos e a sociedade em geral:

Como objetivos da educação patrimonial poderíamos elencar: - Instigar a percepção, a análise e a comparação dos objetos expostos, levando o público a compreender os aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira; - Resgatar uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio. Assim, desencadeia-se um processo de aproximação da população ao patrimônio, à memória, ao bem cultural, de forma agradável, prazerosa, lúdica; - Levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural; - Capacitar a todos para um melhor usufruto desses bens; - Propiciar a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural; - Desenvolver as habilidades de análise crítica, de comparação e dedução, de

formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados (Medeiros; Surya, 2009, p. 7).

Essa é a missão dos professores que trabalham com a educação patrimonial, seja na escola ou fora dela, é apresentar a versão oficial e problematizá-la, promovendo a desconstrução e abrindo a possibilidade de novos olhares referentes a temática do patrimônio. Além disso, tem-se o propósito de fazer com que os educandos desenvolvam habilidades analíticas, de dedução, de comparação e de resolução de problemas através da educação patrimonial, ao tempo que se promove uma relação de afeto dos sujeitos para com o patrimônio cultural.

O ambiente escolar é um lugar propício para que haja ações voltadas à educação patrimonial através do ensino da história:

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais (...) (Rocha, 1989, *apud*, Maltêz; Corrêa Sobrinho; Bittencourt; Miranda; Martins; Castro, 2010, p. 43).

É preciso que os professores tenham o preparo para despertar esses sentimentos e valores nos discentes, bem como eles mesmos precisam possuir esses valores em si próprios, para que haja esses diálogos de amor de ambos para com o patrimônio, e a valorização patrimonial passe a ser uma constante nesses sujeitos.

Em nosso ponto de vista, uma problemática relevante a ser pensada na prática da educação patrimonial nas escolas, é a de não termos professores especializados para lidar com essa questão nova, pois na grande maioria dos casos, eles não possuem formação adequada para tal, e esse ensino, talvez acabe não sendo levado com a seriedade que merece, tanto pela à escola, quanto pelos docentes que trabalhem com a educação patrimonial, não sendo esta lecionada com maestria, podendo ela ser em alguns casos, não tratada com a relevância que merece:

A preparação dos professores é de extrema importância (...) é necessário um trabalho envolvendo os especialistas na área, “buscando através da sociabilização da experiência desenvolver a capacidade dos docentes; realização de cursos e treinamentos; busca de alternativas para sanar a falta de fontes e de materiais didáticos adequados”, pois muitos educadores não devem ser preparados, ao se formarem nas universidades, para tratarem desse assunto específico, supondo-se isso pelas pesquisas bibliográficas realizadas (Mota; Perinotto, 2012, p. 91 *apud*, Fava; Martins; Lara, 2017, p. 2859).

De fato, os docentes não são preparados nas universidades para atuarem nessa área, a não ser que a graduação seja voltada às questões patrimoniais, que existem em poucas licenciaturas. O curso voltado ao patrimônio são os bacharelados em história com ênfase na questão patrimonial, como era o caso do curso de história de Icó que foi extinto. Além disso, temos outra problemática a se resolver, as poucas fontes pedagogicamente adequadas para trabalhar-se a educação patrimonial. Já as universidades estão se modificando nesse aspecto, ainda a passos lentos, mas existem algumas formações para os discentes nesse sentido, não com a profundidade que o tema requer, mas já existe alguma capacitação nesse sentido.

Além desses, outros autores também já perceberam essa necessidade de se formar historiadores que sejam minimamente capazes de trabalhar com a questão patrimonial, já que ela é ligada também a disciplina de História:

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade (Arroyo, 2005, p. 32 *apud*, Maltêz; Corrêa Sobrinho; Bittencourt; Miranda; Martins; Castro, 2010, p. 45).

Já pudemos perceber que o estado investe muito na preservação do patrimônio, mas como nos diz a autora, há uma discrepância entre as políticas de preservação e as políticas para a educação patrimonial, não tendo na grande maioria das vezes, mais do que ações isoladas, sejam elas nas escolas ou fora delas.

Para além das atividades quem podem ser realizadas em ambiente escolar, também há a oportunidade de os professores trabalharem com seus discentes para além dos muros da escola: (...) “a promoção de visitas a monumentos, seguidas de palestras e debates; redações sobre o patrimônio cultural; a realização, juntamente com os alunos, de pesquisas sobre a comunidade, a organização de minimuseus escolares, entre outras” (Maltêz; Corrêa Sobrinho; Bittencourt; Miranda; Martins; Castro, 2010, p. 44). O campo para trabalhar a educação patrimonial nas escolas é vasto, sem contar que os professores podem visitar com os educandos os parques onde estão localizadas as pinturas rupestres, bem como podem usar artefatos arqueológicos disponíveis do acervo do professor, ou da escola, como instrumentos para os debates em sala sobre o patrimônio, pois os mesmos também fazem parte do patrimônio arqueológico.

É importante trabalhar com a educação patrimonial usando como instrumento de aprendizado e de debates, os bens patrimoniais protegidos pelo estado brasileiro, todavia existe um pensamento crítico em relação a isso:

É ainda bastante recorrente, em muitos projetos e ações de educação patrimonial, que eles se voltem exclusivamente aos bens culturais tutelados ou consagrados pelo Estado. Na educação formal, por exemplo, é muito comum, quando se pensa em educação patrimonial, a prática de se levar os alunos ao centro histórico da cidade. Geralmente esses estudantes saem do ambiente escolar sem qualquer reflexão sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moram ou sobre o entorno da escola. A educação patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural já eleito, fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se identifique (Tolentino, 2016, p. 43).

A crítica feita a esse modelo é a de trabalhar e realizar ações de educação patrimonial voltada exclusivamente aos bens protegidos pelo estado, não valorizando e não trabalhando os valores culturais dos educandos, bem como realizando reflexões com eles de outros bens que podem ser importantes culturalmente para os discentes, para além dos tombados e registrado pelo Iphan, e que muitas das vezes os educandos não reconhecem e nem se identificam com eles.

Isso pode ocorrer porque a partir de reflexões na escola, os sujeitos passem a enxergar os bens protegidos pelo estado como um legado deixado pelos colonizadores europeus, ou pela elite brasileira, e não se sintam participantes de um passado histórico que não lhe diz respeito, passando a entender que os bens tombados pelo estado não fazem parte positivamente de suas histórias, por essa razão, o estado busca usar a educação patrimonial para convencer a população da importância histórica desse bens, visando a aceitação da população aos bens patrimoniais. Lembremos também que o patrimônio pode ser (re) significado para usufruto da sociedade, como é o caso dos campos de concentração nazista, que atualmente são lugares de memória, e pontos de turismo na Europa.

A ideia é trabalhar com a educação patrimonial para além dos monumentos históricos já tombados pelo (IPHAN), podendo perceber e valorizar a escola como sendo um patrimônio importante, bem como os eventos culturais locais, entre outros:

Atuar com educação patrimonial é, sobretudo, fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que,

nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 44).

A problematização e a crítica a história oficial do estado em relação aos bens tombados pelo Iphan são necessárias, deve-se apresentar em âmbito escolar, mas também avançar no conhecimento e nos debates sobre a história e sobre o patrimônio cultural, usando a educação patrimonial como ponto reflexivo nesse processo.

O professor e pesquisador Almir de Paula, ao longo de sua jornada na docência e na pesquisa, menciona a preocupação de como a educação patrimonial ao seu ver sempre foi trabalhada, gerando em si próprio, dúvidas e inquietações sobre se realmente o que ele via a se realizar, era mesmo ações corretas de educação patrimonial:

(...) a questão que sempre nos perseguiu era se realmente estávamos fazendo Educação Patrimonial ou somente saindo em visitas de campo com os estudantes apresentando a história oficial do município, os bens tombados ou não, mas que tinham um significado para a cidade, mas que significado, para quem? São perguntas que persistiam principalmente ao ver que por parte dos estudantes ao visitar o centro histórico, nem tudo que ali se apresentava, fazia com que eles se identificassem com os lugares, os edifícios, as histórias (...) (Silva, 2019, p. 10).

Essa problemática levantada pelo professor é muito pertinente, pois é necessário que se apresente aos educandos a versão e os monumentos importantes para o estado, mas não se pode deixar de lado, o diálogo reflexivo e crítico do que realmente significa essa história dos bens tombados e não tombados, a fim de não reforçar para eles, somente a versão oficial do estado. “A Educação Patrimonial nessa concepção só estará reforçando e reproduzindo uma estrutura político-social de dominação” (Silva, 2019, p. 27). O que para o autor é visto de forma negativa e equivocada, reforçar a versão do estado sem qualquer reflexão, mas realizar apenas uma transmissão do que já se conhece sobre o patrimônio, perpassando-o para a sociedade. A ideia é se possível, apresentar novos caminhos que possam ser seguidos para além do patrimônio estatal, visando trabalhar com um patrimônio em que os sujeitos já se identifiquem com ele.

Para o autor, tem que romper com essa barreira da versão oficial estatal sobre o que é, e o que se deve aprender sobre o patrimônio: “Na perspectiva crítica da Educação Patrimonial, não importa a promoção de bens patrimoniais reconhecidos pelo Estado, mas quando a própria comunidade reconhece e valoriza suas referências culturais em um processo coletivo e democrático” (Silva, 2019, p. 28). Para ele, o mais importante é a participação social como protagonista do reconhecimento, promoção e valorização do que realmente para eles é o seu patrimônio, e na visão do autor, a educação crítica patrimonial entra aí, na propagação de um

patrimônio que diz respeito a eles próprios, e não a um patrimônio e a uma educação patrimonial que venha de cima para baixo, como uma imposição do que se deve aprender no âmbito patrimonial, e do que deve ser valorizado pela população e o que não deve. Essa é a problemática trazida pelo autor sobre a educação patrimonial proposta e voltada para o estado, sendo o autor contrário a esse pensamento de dominação por intermédio do conhecimento histórico e patrimonial promovido pelo estado.

Em 2017, através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação patrimonial passou a ser mais importante no currículo escolar, a “(BNCC) não é currículo, mas sim um documento norteador que indica conteúdos e habilidades que devem ser trabalhados em cada ano escolar em âmbito nacional” (Silva, 2019, p. 40). A educação patrimonial pode ser trabalhada na disciplina de história, bem como em outras mais, vejamos o que diz a (BNCC):

Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (BRASIL, 2018, p. 211).

Essa parte da (BNCC) sobre a valorização e o trabalho sobre as questões patrimoniais, diz respeito ao público escolar do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Assim a educação patrimonial faz-se muito necessária, principalmente para serem trabalhados os conteúdos no ensino de história, o que pode ser muito bem aproveitado pelos professores da área, promovendo o patrimônio em suas múltiplas formas, seja pelos povos africanos, europeus e indígenas diversos, fazendo um diálogo sobre esses povos ao longo do tempo, unindo a história e o patrimônio, em um debate reflexivo e multicultural.

Para Silva (2019, p. 40), “A BNCC para o Ensino Fundamental traz a temática do patrimônio cultural em suas diversas áreas do conhecimento e em seus componentes curriculares como Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa e Educação Física e também para a Educação Infantil” (...). Pois como analisa o autor, a educação patrimonial pode ser trabalhada em diversas áreas do conhecimento no ensino básico.

A Educação Patrimonial, ao lidar com a noção polissêmica de patrimônio, deve considerar as complexas nuances histórico-culturais envolvidas no fenômeno da (i) materialidade das paisagens do Outro, sejam elas Sítios Arqueológicos, Centros Históricos, Reservas Indígenas, Territórios Quilombolas, Parques Nacionais, assim por diante (Silveira; Bezerra, 2007, p. 89).

A educação patrimonial pode ser trabalhada em variados conteúdos escolares, dando assim para abarcar outras temáticas e conteúdos, sem deixar de lado a questão patrimonial, basta a escola e os professores se atentarem para isso e organizarem os conteúdos pedagógicos e seus planos de aula nesse sentido.

Além da (BNCC) a Lei de Diretrizes e Bases, LDB- de 1998, regulamenta os processos formativos em sala de aula: “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, **nas instituições de ensino** e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e **nas manifestações culturais**” (BRASIL, 2023, p. 8, grifo nosso). Em conformidade com a lei, a educação patrimonial pode ser trabalhada na escola, sendo um processo formativo do saber, bem como nas múltiplas manifestações culturais que envolve o patrimônio cultural brasileiro. Também no Art. 32º § 6º, a lei diz: “O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental” (BRASIL, 2023, p. 26). Assim o estudo sobre o patrimônio em sala de aula através da educação patrimonial é contemplado nas regulamentações sobre a educação básica no país.

Por fim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também nortearam o processo formativo ligado ao patrimônio cultural através da educação patrimonial:

A função da escola em proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres (BRASIL, 1998, p. 43,44).

Processo formativo esse, ligando à educação patrimonial ao ambiente escolar, num processo de formação crítica, construtiva e cidadã. Os parâmetros curriculares também preconizam a valorização das questões sociais que marcam os momentos históricos, para que haja uma formação cidadã dos educandos, essa é justamente uma das finalidades da educação patrimonial, a promoção da cidadania através desse processo formativo em sala de aula, sobre o patrimônio cultural brasileiro. Os parâmetros curriculares apontavam que:

É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da

cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (BRASIL, 1998, p. 44).

Os parâmetros curriculares estabeleciam que a escola tinham que promover a valorização da cultura local e nacional brasileira, e que ela proporcionasse aos educandos o acesso ao saber, aos conhecimentos relevantes de nossa cultura; nisso estão inseridos o patrimônio e a educação patrimonial, que são saberes relevantes socioculturais, demasiadamente importantes para uma formação consciente e cidadã.

Os parâmetros curriculares para a área de história, onde a educação patrimonial tinha ênfase nos processos formativos, afirmava:

Procuram valorizar o intercâmbio de idéias, sugerindo a análise e interpretação de diferentes fontes e linguagens — imagem, texto, objeto, música etc. —, a comparação entre informações e o debate acerca de explicações diferentes para um mesmo acontecimento. Incentivam, desse modo, uma formação pelo diálogo, pela troca, na formulação de perguntas, na construção de relações entre o presente e o passado e no estudo das representações (BRASIL, 1998, p. 60, 61).

É com o debate de ideias, com o uso de múltiplas fontes, com a criticidade e a problematização das versões oficiais, que se constrói um novo conhecimento sobre o patrimônio cultural. Os parâmetros curriculares nos proporcionaram uma formação dialogada com os educandos, no ensino-aprendizagem e na construção de saberes sobre o patrimônio, realizando as relações socioculturais entre o presente e o passado, tanto do patrimônio material, bem como do imaterial, nas suas múltiplas representações.

Por fim, o patrimônio cultural bem como a educação patrimonial se encaixam tanto na BNCC, assim como na LDB e nos PCNs, nos processos formativos dos temas transversais, que são de suma importância para uma formação transformadora e cidadã: “Nessa perspectiva, as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais” (BRASIL, 1998, p. 65). São essas fundamentações que embasavam e embasam os processos formativos da educação patrimonial em sala de aula, na valorização do patrimônio cultural local e nacional, e na formação consciente, transformadora e cidadã dos educandos.

CAPÍTULO 3. A ESCOLA LOURDES COSTA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Escola Professora Lourdes Costa passou a funcionar em 2023 em tempo integral presencial e híbrido.⁴ Sendo que o modelo híbrido não vigora mais em 2024. A Secretaria Municipal de Educação na data de 13 de abril de 2023, encaminha o ofício nº 022/2023, ao Conselho Municipal de Educação, solicitando apreciação, deliberação e votação do perfil curricular de 2023 referente ao ensino fundamental de nove (9) anos, dos modelos de tempo integral presencial e híbrido. A proposta ao ser deliberada foi aprovada por unanimidade pelos relatores aos 15 de março de 2023, e a Escola Municipal de Tempo Integral Híbrido Lourdes Costa, passou a adotar esses modelos.

A disciplina de Educação Patrimonial no currículo, está presente em ambos os modelos, tanto o presencial como no híbrido. Eles possuem no quadro curricular as disciplinas referentes à base comum e a parte diversificada. A disciplina de Educação Patrimonial está entre as disciplinas da parte diversificada. Segundo a base curricular do município, a disciplina de Educação Patrimonial é ofertada para todos os períodos, desde o 1º até o 9º ano, nos dois modelos. São contabilizadas duas horas semanais de Educação Patrimonial para cada ano.

Em 2023, outra escola do ensino fundamental passou a ser um anexo da escola Lourdes Costa, onde passou a funcionar o sexto e o sétimo ano de forma presencial e híbrido, e o oitavo e nono ano na sede principal de forma integral. Nesse ano de 2024, o sétimo ano voltou para a sede principal, ficando somente o sexto ano no anexo. A escola Lourdes Costa atende apenas o fundamental nos anos finais. A disciplina de Educação Patrimonial no sexto e sétimo ano era trabalhada de forma híbrida por uma empresa contratada pelo município, (HG Solution). A sede da escola funciona ainda de tempo integral nos períodos matutino e vespertino.

Os professores entrevistados, trabalharam em 2023 a educação patrimonial somente nos oitavos e nonos anos de forma presencial, e no período vespertino. A partir de 2024 eles não trabalham mais com essa disciplina. Diferentemente de algumas escolas que desenvolvem projetos voltados para o patrimônio cultural, o município achou interessante colocar uma disciplina em seu currículo que trabalhasse com uma temática importante, justamente porque a cidade tem um sítio histórico tombado pelo Iphan. Então seria importante trabalhar com esse vasto patrimônio. Do nosso ponto de vista, essa é uma medida acertada e que não deveria ser mudada, a educação patrimonial deveria permanecer na grade curricular do município, digo isso, porque em 2024 esse quadro veio a mudar.

⁴ O modelo híbrido é usado para integrar atividades presenciais, com atividades não presenciais; esse modelo permite aos educandos uma aprendizagem com o uso de plataformas digitais para um ensino mais completo.

Para que o nosso trabalho fosse bem embasado, realizamos algumas entrevistas com os professores da escola Lourdes Costa, que lecionaram a disciplina de Educação Patrimonial em 2023. A primeira entrevista foi realizada no dia 12 de setembro de 2024, com o professor 1, que é do sexo masculino e está cursando um bacharelado em direito. Ele está lecionando na escola Lourdes Costa há mais de um ano, e desse tempo, lecionou a disciplina de Educação Patrimonial por quatro meses. O entrevistado 2, também é do sexo masculino, tem formação em educação física e a entrevista aconteceu na mesma data já citada. O entrevistado 3 pertence ao sexo feminino, ela é licenciada em história. A entrevista sucedeu no dia 21 de setembro de 2024. Todos estão há mais de um ano na escola, e só lecionaram Educação Patrimonial na escola Lourdes Costa. Essas são as informações que dispomos dos nossos entrevistados.

Nosso roteiro de perguntas foi elaborado com 25 perguntas a priori, com um acréscimo de algumas que foram adicionadas no momento das entrevistas. Nosso roteiro a priori buscou extrair dos professores suas percepções do que é o patrimônio cultural, assim como o entendimento deles, da importância de se trabalhar a educação patrimonial em sala de aula. Buscamos conhecer o que eles entendiam por educação patrimonial, assim como saber o tempo que trabalharam com ela em suas carreiras docentes e na escola Lourdes Costa. Buscamos também saber quais eram as turmas que lecionaram a disciplina, e em quais turnos ensinavam, e quantas vezes por semana, além de entendermos qual era a duração de cada aula que ministravam. Elaboramos uma pergunta para entendermos quando a escola passou a ofertar a disciplina de educação patrimonial, e se ela foi ofertada em algum momento antes do modelo curricular municipal do ano de 2023.

Procuramos entender quais eram os modelos em que os professores trabalharam essa disciplina, se de forma presencial, ou se no modelo híbrido. Também buscamos entender quais eram as motivações para os professores estarem lecionando essa disciplina, e se realizaram alguma formação específica para trabalharem com o tema em sala de aula. Elaboramos perguntas para entendermos quais eram os conteúdos que estavam trabalhando em sala, e como suas aulas eram desenvolvidas; e quais eram os materiais que eles estavam usando para as aulas, bem como suas metodologias de trabalho. Indagamos também, se os educandos foram levados a aulas de campo no centro histórico local. Realizamos perguntas no sentido de perceber o que os professores entendiam por patrimônio imaterial, e se eles trabalharam com esse conceito em suas aulas, bem como buscamos entender o que eles desenvolviam em suas aulas. Seguindo nosso roteiro, perguntamos aos professores quais eram as maiores dificuldades de se trabalhar com essa temática patrimonial na escola. Indagamos também se a escola

desenvolvia algum projeto de Educação Patrimonial, quando iniciou, e o que era desenvolvido etc.

Buscamos perceber nas falas dos professores, quais eram as dificuldades de se criar um projeto de educação patrimonial na escola, e se havia a intenção de criação de algum projeto nesse sentido, o que nunca houve. Também buscamos entender dos professores, quais eram os objetivos da escola em relação a educação patrimonial, e o que na avaliação dos docentes, tinha dado certo, o que poderia ter sido mudado ou melhorado em relação a se trabalhar com a disciplina na escola. Por fim, perguntamos sobre métodos avaliativos e sobre as problematizações do tema na perspectiva decolonial. Esse foi o nosso roteiro de entrevista.

Trabalhar com a educação patrimonial na escola é um desafio imenso, principalmente por falta de materiais adequados para isso. Por essa questão, os professores que trabalharam com a educação patrimonial em 2023 na sede do Lourdes Costa, variaram bastante seus materiais e suas metodologias de ensino:

A educação patrimonial, eu trabalho ela de várias formas, desde dinâmicas voltadas dentro da própria sala de aula, quanto passeios pelo patrimônio histórico (...) levamos os alunos para passeios nos patrimônios históricos; passamos pela igreja do Senhor do Bonfim; casa de cultura; Casa de Câmara e Cadeia; o teatro (...) A gente também trabalha escrevendo na lousa, e passamos a contar a história do patrimônio (Entrevistado 1, 2024).

Além dessas metodologias, o professor também destacou que fez rodas de conversas com os alunos em sala de aula, para dialogarem sobre o patrimônio cultural, como também trabalhou com quebra-cabeça: “bem, como eu já tinha reforçado; dinâmicas; escrevendo na lousa, sentando para conversar e falar a respeito dos patrimônios” (...) (Entrevistado 1, 2024).

O professor ao mencionar que trabalhou com os discentes utilizando quebra-cabeças, não especificou se os quebra-cabeças eram somente os que ele produziu, ou se havia mais algum de outro tipo. Ele apenas mencionou que imprimia imagens do patrimônio da cidade, e recortava e criava os quebra-cabeças:

Bem, a gente já trabalhou quebra-cabeça de patrimônio histórico do município (...) quando eu aplicava a dinâmica dentro da sala de aula a respeito de educação patrimonial, eu imprimia imagens do teatro, da Casa de Câmara e Cadeia; os patrimônios históricos do município em si, e recortava e formava os quebra-cabeças, e aí eles montavam (Entrevistado 1, 2024).

Esses eram os materiais e metodologias que o primeiro professor entrevistado, usava para trabalhar a educação patrimonial com suas 5 turmas do oitavo ano em sala de aula, ele trabalhou somente com os oitavos.

O segundo professor entrevistado, trabalhava de forma diferente do primeiro, a começar que ele dava aulas apenas em três turmas do nono ano; e segundo, porque seus materiais e métodos eram um tanto diferentes:

Eu gosto de trabalhar muito os textos, fazer muitas perguntas, porque eu acredito que fazendo perguntas a eles, eles conseguem dar o que eles entendem e a gente pode ajustar. Outro exemplo: aqui no Icó, a gente conhece umas histórias, mas vários contextos, então eu trabalho assim, eu pergunto o contexto que o aluno entende, e procuro o certo para passar para eles (...) (Entrevistado 2, 2024).

Percebemos que o professor trabalhou bastante com seus alunos, aulas expositivas e dialogadas em sala, mas também diversificou suas aulas:

(...) mas trago slide para apresentar para eles, áudios de pessoas contando a história. Eu não cheguei a usar livro físico, só que já usei um livro online sobre o patrimônio, principalmente aqui do Icó. Quebra-cabeça nós já elaboramos na aula de patrimônio, da história do Icó; um sobrado, fiz um quebra-cabeça com eles, para montar o sobrado, todas essas coisas, coisas mais interativas; desenhos e ilustrações (Entrevistado 2, 2024).

Percebemos na fala do segundo professor entrevistado, que ele trabalhava desenhar os patrimônios com os alunos em sala de aula, fazendo com que eles desenvolvessem sua criatividade na aula de educação patrimonial, pois essa é uma habilidade importante a ser aprimorada. Da mesma maneira que o primeiro professor levou seus alunos para uma visita ao centro histórico, o segundo também realizou essa visita com suas três turmas do nono ano.

A ideia dessa aula de campo no sítio histórico local, é relacionar os debates em sala de aula com à atividade de campo, com o intuito de fazer com que os educandos conheçam o patrimônio local, e que a partir disso, o ideal de pertencimento venha ser despertado em cada discente como nos diz (Silva; Tolentino, 2015, p. 62):

Nessas aulas, os alunos tiveram a oportunidade de visitar as principais ruas e monumentos históricos, retomando as discussões travadas em sala de aula e buscando sempre relacionar o debate com a realidade do aluno, de modo a aproximar o ideal de pertencimento próprio de cada um para com os patrimônios locais.

O terceiro professor entrevistado, implementa mais alguns materiais e metodologias de trabalho em sala, um pouco diferente dos outros, como música e podcast:

(...) eu costumo trabalhar sempre alternando, às vezes eu trabalho com texto, porque é preciso trabalhar também com leitura de texto, mas às vezes trago imagens para eles fazerem análise de imagens, trabalho com oficinas de produção, já trabalhei com filme, já trabalhei com podcast, já trabalhei com música. Então eu busco sempre diversificar as minhas metodologias, para não ficar cansativo, e para que eles vejam essa disciplina como algo que seja agradável também (Entrevistado 3, 2024).

O terceiro professor já amplia seu campo metodológico e de materiais de trabalho, para trabalhar com a educação patrimonial com seus alunos. Assim, notamos que a professora de história, diversificava suas aulas, tanto para melhorar o ensino dos conteúdos, quanto para não tornar as aulas cansativas e tradicionais. “Outro dia vamos trabalhar com patrimônio imaterial, levei música, mostrei danças, falei exemplos, então cada dia eu fui trabalhando com uma temática diferente, foi assim que eu trabalhei com eles” (Entrevistado 3, 2024).

A professora ainda nos relata mais algumas metodologias e materiais que ela usava em suas aulas, vejamos:

Uso muito caixinha de som, porque eu gosto muito de trabalhar com podcast, tem um podcast que foi produzido por um rapaz aqui da cidade, (...) esse podcast é muito interessante, tem vários episódios, cada episódio ele vai falando de um tema diferente, aí eu gosto muito de trabalhar com podcast que eles acham interessante, e depois eu faço uma roda de conversa com eles. Já trabalhei com imagens, já trabalhei com filme, com texto, slide e com Datashow. Na escola é um pouco difícil conseguir materiais para trabalhar, então a gente vai adaptando ao que tem, ao que dá para trabalhar (Entrevistado 3, 2024).

Notamos pela fala da professora, que suas aulas de educação patrimonial na escola Lourdes Costa, fugiam da tradicionalidade, e suas metodologias seguiram o socioconstrutivismo de Vygotsky. Pois ao internalizarem o conhecimento no diálogo com o educador e os demais educandos, os alunos reinterpretam o conhecimento sobre o tema, nas rodas de conversas por exemplo, e a partir disso, eles adquirem valores que permitam perceberem como a preservação patrimonial é importante.

A interação realizada com a intermediação da professora, é fundamental para uma boa aprendizagem sobre a temática do patrimônio. “Na concepção de Vygotsky, o sistema de conceitos científicos é um instrumento cultural portador, ele também, de mensagens profundas e, ao assimilá-lo, a criança muda profundamente seu modo de pensar” (Ivic, 2010, p. 23). Ao

trabalhar com temas centrais da educação patrimonial, como patrimônio histórico; cultura; identidade e preservação patrimonial, o professor sendo o intermediador desse processo formativo, corrobora para a internalização desse conceitos pelos educandos, culminando numa transformação de como os discentes enxergam o patrimônio cultural, adquirindo nesse processo educativo, um senso de responsabilidade, identidade e pertencimento ao patrimônio cultural.

A metodologia de trabalho usada pela professora, permite associar o dia a dia dos discentes com o tema da aula, a fim de relacioná-los melhor com o patrimônio cultural e suas vivências:

Sempre que eu falo de um assunto, eu tento remeter a realidade deles, aquilo que eles conhecem. Como eles moram na cidade de Icó eu sempre trago isso para o debate, o lugar que eles moram, a rua que eles moram, o bairro que eles moram. Então sempre que eu vou falar de um assunto, eu pergunto para eles, a realidade que eles conhecem. Aí eu pego aquilo que eles conhecem e vou começando a iniciar um debate. Eu sempre trabalho nessa metodologia, vou falar de um assunto, eu levo assunto ao debate para que eles entendam que eles fazem parte daquilo, não é uma coisa distante, não é uma coisa alheia, eles são parte disso (Entrevistado 3, 2024).

Percebemos que a base do trabalho da professora para o patrimônio cultural, e para a educação patrimonial com seus alunos, foi construída com diálogo, sempre remetendo aos conhecimentos prévios dos discentes, mantendo a professora também o papel de mediadora do saber, fazendo com que eles percebessem que também são partícipes dos bens patrimoniais, e isso não era uma realidade distante deles.

A professora entrevistada, também levou suas turmas para uma visita ao sítio histórico da cidade, ela lecionava a disciplina de Educação Patrimonial para cinco turmas do nono ano no Lourdes Costa.

(...) levamos quase todas as turmas de educação patrimonial, das minhas cinco turmas eu consegui levar quatro, somente uma (...) não consegui levar, por conta que não cabia no ônibus (...) foi muito interessante porque apesar deles morarem aqui no Icó, (...) há muitos alunos que moram no Icó e não conhecem o patrimônio, não foram lá, não visitaram, não se interessavam em visitar (Entrevistado 3, 2024).

É interessante notar na fala da professora, que muitos alunos morando no Icó não conhecem o sítio histórico da cidade, muita das vezes, esses são os alunos que moram na zona rural do município, e não vão ao centro histórico sozinhos, porque para isso precisariam de alguém que os levassem e explicassem para eles, o que significa aqueles monumentos históricos. Esse não

é um problema somente do Icó, pois os alunos dos oitavos e nonos anos de quatro escolas em João pessoa na Paraíba, também não tiveram um contato maior com centro histórico da cidade: “Muitos alunos, apesar de residirem na localidade, nunca haviam entrado nos monumentos históricos, e puderam ver a sua cidade com um novo olhar” (Silva; Tolentino, 2015, p. 62).

Esse contato com o centro histórico tem por objetivo fazer com que os educandos tenham um novo olhar sobre esse patrimônio. Os alunos que moram na cidade, também estão na mesma situação, mesmo que andem pelo centro histórico, nada conhecem sobre aquele patrimônio, pois a maioria além de estarem fechados para o acesso, alguns são propriedades privadas, o que também dificulta de certo modo o acesso.

Com isso, percebemos o quanto é fundamental a participação da escola intermediando esse conhecimento para os estudantes, seja com as aulas de educação patrimonial em sala de aula, seja nas visitas com os estudantes ao centro histórico, possibilitando não somente o conhecimento histórico sobre os bens tombados, como também a oportunidade de adentrar e conhecer os monumentos no seu interior. A atividade de campo tem uma grande importância, pois ela pode ampliar de forma significativa a maneira como os alunos e a sociedade enxergam o patrimônio local, possibilitando que o ideal preservacionista faça parte do cotidiano deles:

Ao fazerem uma revisitação do lugar onde vivem, os alunos das escolas do Centro Histórico de João Pessoa (...) e os moradores do Porto do Capim puderam enxergar a sua cidade com um novo olhar, ou seja, ampliaram seu campo de visão para o lugar onde vivem e puderam perceber que o seu quintal pode ser maior que o mundo e que, por isso, é necessário preservá-lo e ter orgulho dele (Silva; Tolentino, 2015, p. 69).

Também destacamos pela fala da professora que, enquanto se discute no meio acadêmico a visão decolonial do patrimônio cultural, a realidade icoense sequer saiu da fase primária da questão, sequer os alunos conhecem minimamente o patrimônio local. Os alunos que estudaram essa disciplina na escola, e participaram da visita ao centro histórico, adquiriram minimamente algum conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade, possibilitando com isso, um aprofundamento na decolonialidade do assunto.

A logística para levar esses alunos requer uma mobilização ampla da escola, pois não é fácil trabalhar com os alunos fora das salas de aula, o cuidado com a segurança dos discentes, na ida, durante e na volta dessa visita, reque muito cuidado e comprometimento da gestão escolar. Para que a visita ao centro histórico seja segura e proveitosa, no sentido de que os discentes também consigam aprender sobre o patrimônio histórico, não se tornando apenas uma visita para sair da sala de aula, o professor tem que dialogar com os discentes de forma reflexiva:

“A aula ou visita de campo procura sempre unir teoria e prática, sempre dando significado às aulas teóricas na busca de que o estudante consiga ter um olhar crítico sobre a realidade em que atua” (Silva, 2019, p. 33). E tendo os discentes um bom embasamento adquirido em sala de aula, dá para fazer uma visita abordando os aspectos do patrimônio cultural também de maneira crítico-reflexiva.

Além da professora, o nosso primeiro entrevistado, também comenta da surpresa que teve ao descobrir que seus alunos do oitavo ano, não conheciam o centro histórico da cidade:

(...) os alunos do sítio eles não tem o costume de por exemplo: passar perto do teatro, perto da Casa de Câmara e Cadeia, então, quando a gente vai abordar esses assuntos, a gente sempre procura pelo menos trazer alguma imagem a respeito desses patrimônios, (...) quando eu aplicava a dinâmica dentro da sala de aula a respeito de educação patrimonial, eu imprimia imagens do teatro, da Casa de Câmara e Cadeia (...) muita das vezes os alunos nunca chegaram a ver pessoalmente (Entrevistado 1, 2024).

Com essa fala, nós percebemos a problemática que já nos referimos, a do não conhecimento dos alunos do sítio histórico da cidade, reforçando com isso a importância de ter uma disciplina de educação patrimonial ativa na escola, que proporcione aos discentes, minimamente o conhecimento sobre o patrimônio cultural. A problemática disso está no fim da citação, onde nas palavras do professor, havia alunos que sequer viram o sítio histórico presencialmente.

Isso acontece, porque não há uma mentalidade construída na cidade sobre como é importante preservar o patrimônio cultural, e também não há uma cultura em que os pais levem os filhos em algum momento da vida para conhecer o patrimônio da cidade; no máximo que se pode esperar, é que alguns pais sendo católicos, levem seus filhos a alguma missa em uma das igrejas históricas, para participarem da celebração, e não para conhecer o patrimônio histórico. Por isso, é importante o papel da escola no desenvolvimento do conhecimento teórico e prático sobre o sítio histórico e seu patrimônio. Como não há, por parte do município icoense, nenhuma política pública para o patrimônio, se torna indispensável o papel da escola como intermediadora desse saber, fazendo com que a mentalidade desses estudantes seja diferente de muitos adultos.

Na cidade há muitos cidadãos que entendem a importância de preservar e cuidar do patrimônio local, por outro lado, há aqueles que desejam o fim dele, contudo, essa relação foi criada primeiro: pela falta de conhecimento, pela ausência da educação patrimonial na vida desses sujeitos, principalmente daqueles que residem em prédios tombados; e em segundo lugar, pela relação não amigável que o Iphan construiu com esses moradores, e com a sociedade

local. A ausência da educação patrimonial não promovida pelo Iphan, e pelas aplicações de multas a pessoas que alteraram as características de suas residências sem a autorização do órgão, acirraram os ânimos entre essas pessoas e a instituição, e o discurso de aniquilamento do patrimônio material da cidade se espalhou pelo município, formando dois grupos dissidentes, aqueles que acham que o patrimônio cultural na cidade deveria ser destruído, e passasse a dar lugar a prédios comerciais modernos, pois o sítio histórico é um atraso ao desenvolvimento econômico. E o segundo grupo, que defende a manutenção dos bens patrimoniais e do sítio histórico.

Destacamos mais uma vez, com base no que sabemos sobre essa relação por parte da população icoense, do Iphan e o patrimônio cultural; como é importante que haja ações de educação patrimonial ativa e contínua, seja por parte do órgão federal, seja por parte das escolas municipais e estaduais. Todavia, há muitas dificuldades para o Iphan realizar esse trabalho de educação patrimonial, pois muitas das vezes falta tempo na rotina dos profissionais do órgão para exercerem essa atividade:

É muito comum ouvir, nos discursos dos profissionais envolvidos, que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, o que demonstra o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção. Quando estas ocorrem, isso se dá, frequentemente, desencadeado a partir da necessidade de enfrentamento de algum conflito entre a ação de tombamento e as necessidades e expectativas dos moradores destes patrimônios (Scifoni, 2015, p. 197).

No caso do Icó, apesar de existir um escritório técnico do Iphan funcionando na casa de Cultura Mariinha Graça, não temos conhecimento de haver ações desenvolvidas no sentido da educação patrimonial no município.

Com uma educação patrimonial ativa, os alunos que serão os adultos do amanhã, terão uma mentalidade diferente, e procurarão valorizar os bens patrimoniais, por isso é importante esse acesso ao conhecimento desses alunos através da escola, pois outros meios como já percebemos, não se aplicam, e se eles não tiverem esse conhecimento na escola, dificilmente terão em outro lugar, tanto pelas causas que já elencamos, bem como pela causa que nossa professora entrevistada elencou: “Tem muitos alunos que moram no sítio e só vem aqui, para bate e volta, vem para escola e da escola volta para o sítio, aí não visitavam a cidade. Então foi um momento muito importante para eles conseguirem ver” (Entrevistado 3, 2024). Pedagogicamente falando, é muito proveitoso aprender visualizando presencialmente os

monumentos históricos, isso enriquece o processo de aprendizagem, e eles verem de perto o patrimônio que estudaram na escola, isso é importante para o processo.

Para que possamos perceber como o discurso de destruição e de não valorização dos bens patrimoniais estão arraigados na mentalidade dos icoenses, trago um trecho da entrevista da professora, onde isso é exposto pelas falas dos alunos, onde é dito que o atraso econômico da cidade é fruto da manutenção do patrimônio histórico no município:

No começo eu ouvi frases como: para que estudar uma coisa velha? para que preservar uma coisa antiga? Para que serve isso? Então minha maior dificuldade foi fazer eles entenderem a importância de estudar isso. Tinha uns que diziam até que deveriam ter já derrubado os patrimônios que há na cidade para construir coisas novas, que a cidade não evoluía por causa desses patrimônios. Eles não entendiam a importância, eles não sabiam. Também eles não tinham estudado antes sobre isso. Então minha maior dificuldade foi essa, de fazer eles entenderem a importância. Depois que eles entenderam isso, pronto, ficaram curiosos, as aulas começaram a se tornar mais dialogada, eles começaram a se interessar mais (Entrevistado 3, 2024).

Notemos como é fundamental trabalhar a educação patrimonial para a mudança das mentalidades, não somente dos alunos, mas também de seus pais. Percebamos pelas falas dos alunos como essa mentalidade de atraso econômico ainda é passada de pais para filhos, essa cultura é forte ainda. Mas também podemos perceber como a educação patrimonial é importante para a mudança dessas mentalidades, notemos que após as aulas, os discentes começaram a se interessarem pelo assunto, despertando a curiosidade neles, o que leva ao conhecimento e culmina na valorização dos bens patrimoniais.

O desenvolvimento de estratégias e de dinâmicas de ensino-aprendizagem em torno do Patrimônio Cultural e os valores que são inerentes a essa relação podem ser, na contemporaneidade, um dos pontos mais significativos, eficazes e rentáveis para garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles (Pinheiro, 2015, p. 13).

A Educação Patrimonial é indispensável nesse processo de valorização do patrimônio, e o uso de boas estratégias para o ensino, culminam em um bom aprendizado para os educandos.

Os professores falaram até aqui, sobre os trabalhos desenvolvidos em sala e fora dela, sobre o patrimônio material. Os três professores entrevistados trabalharam em sala de aula com o patrimônio imaterial. O primeiro professor entrevistado, trabalhou somente a parte conceitual com suas turmas do oitavo ano, enquanto os demais se aprofundaram no tema. Ao perguntar se o professor também trabalhava com o patrimônio imaterial em sala de aula, ele nos disse:

“Trabalhei sim. (...) Eu já trouxe também festas tanto do Icó como outras, e perguntava para eles. Um exemplo é a festa do Senhor do Bonfim, que eu perguntei para eles se era um patrimônio imaterial” (...) (Entrevistado 2, 2024). É válido destacar que, mesmo não sendo essa festa do Senhor do Bonfim uma manifestação cultural que esteja nos livros de registro do Iphan, ela é um patrimônio reconhecido localmente por força de lei municipal, e por grande parte dos icóenses, que são por grande maioria católicos, e muitos são devotos do santo.

A festa do Senhor do Bonfim, costuma atrair muitas pessoas da cidade nos dias de sua realização; pessoas de outras localidades do estado e do país vêm participar da festividade. A festa é importante economicamente para o município, pelo volume de pessoas que circulam na cidade, justamente no período de fim de ano, onde o município recebe pessoas de todos os lugares. Segundo Lima (1998, p. 70), a festa do Senhor do Bonfim teve início no Icó em 1749, sendo ela uma festa muito tradicional na cidade:

As vias históricas demonstram que a devoção ao Senhor do Bonfim no Icó, teve seu início em 1749, quando o Capitão-Mór e Comandante da Tropa de Primeira Linha desta cidade, e sua mulher Bernadina Maria de Andrade, fizeram doação de um patrimônio para edificação de uma capela em homenagem ao Cristo Crucificado.

Do ponto de vista histórico, além da festa ser a principal celebração religiosa católica do Icó, ela também é uma das três mais importantes do Ceará: (...) “a festa do Senhor do Bonfim do Icó é a terceira maior festa religiosa do Ceará, sendo as maiores, a de São Francisco do Canindé e a de Nossa Senhora das Dores do Juazeiro do Norte” (Lima, 1998. p. 70). Assim, por ser uma festividade tradicional da cidade, a festa do Senhor do Bonfim tem seu lugar na escola enquanto espaço formador de cidadãos conscientes e críticos, trabalhando o patrimônio imaterial nesse espaço com o objetivo de reforçar a história da celebração, das tradições locais e da valorização do patrimônio imaterial.

A professora de educação patrimonial, também trabalhou com seus alunos do nono ano, com o patrimônio imaterial em sala de aula:

Eu trabalhei primeiro o conceito, eu sempre levei, o que é, qual a importância. Depois eu comecei a trabalhar separadamente. Um dia que eu falei de diversos estilos de dança que fazem parte das tradições de cada região do Brasil. Levei uma aula também sobre folclore, as lendas. Já trabalhei com fotografias, onde eles fizeram análise dessas fotografias, fotografia física faz parte do patrimônio material, só que eu levei as fotografias para eles fazerem uma análise: dessas fotografias que vocês estão vendo aqui, tinha imagem de comida, tinha imagem do pessoal dançando, mas também tinha imagem de

uma igreja, aí fiz uma divisão para eles saberem identificar o que era material e o que era imaterial (Entrevistado 3, 2024).

Ela iniciou suas aulas explicando o conceito do patrimônio imaterial, depois apresentou para seus alunos exemplos do patrimônio imaterial, e findou com a análise de imagens, para que os estudantes diferenciassem o patrimônio material do imaterial, realizando uma análise crítica delas. As aulas dos dois professores entrevistados que trabalharam para além do conceito do patrimônio imaterial, ajudaram os discentes a perceberem como o patrimônio imaterial não está tão distante da realidade deles. “Com relação à metodologia da Educação Patrimonial, partiremos da realidade do estudante para construir novos conhecimentos desenvolvendo a sensibilidade e a consciência para a importância da preservação do patrimônio cultural” (Teixeira, 2008 p. 204, 205). A realidade dos educandos é o ponto de partida para o processo de ensino, com o objetivo de desenvolver neles, a sensibilidade e a consciência sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Ao trabalharem com o patrimônio imaterial em sala de aula, os professores procuraram desenvolver nos educandos, as habilidades de observação e reflexão, o que também contribuiu para a valorização cultural e o enriquecimento do processo educativo, bem como na valorização do patrimônio local e do Brasil.

Todos os professores que entrevistamos, disseram ter trabalhado com o patrimônio cultural em sala de aula de forma decolonial, contudo, destacamos as falas da professora porque ela se aprofundou na decolonialidade, pois em suas aulas, ela destacou a valorização dos povos que foram subalternizados e inferiorizados:

Neste sentido, a proposta decolonial diz mais respeito à descentralização do pensamento eurodescendente do que a seu abandono, dando, em seu lugar, ênfase ao pensamento crítico produzido em condições coloniais, subalternas, como especialmente válidos. Neste sentido, a proposta decolonial busca pensar e agir de várias formas complementares, desde a busca por uma diversidade epistêmica até uma aproximação com as comunidades subalternizadas e movimentos sociais que se movem nas bordas e margens das estruturas de poder (Mignolo, 2008, *apud*, Amaral, 2018, p. 252).

Assim, percebemos que os professores não abandonaram o pensamento europeu já estabilizado, mas deram voz aos que por muito tempo foram esquecidos e silenciados, eles trabalharam com a decolonialidade da narrativa elitista:

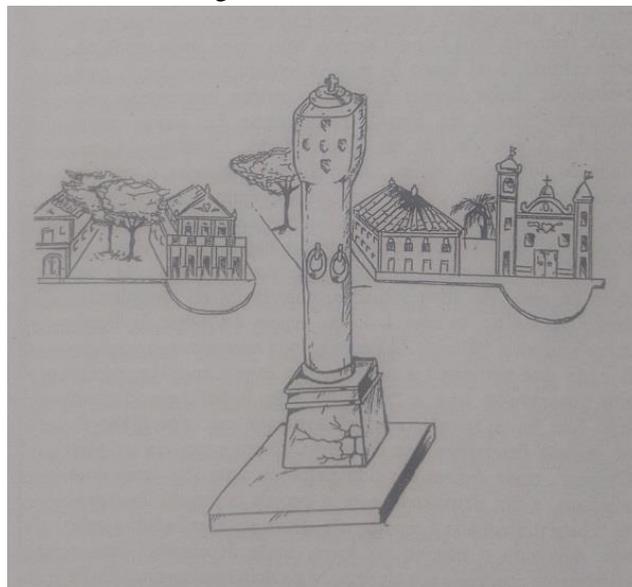
(...) quando eu fui falar por exemplo da história do Icó, tem aí os grandes nomes que contam, o Barão do Crato; dona Glória Dias; Pedro Théberge, só

que além disso eu tento trazer para eles, quem é que está por trás disso também? Os escravos; foram os escravos que construíram esses patrimônios, foram as pessoas humildes, as pessoas comuns. Aqueles patrimônios que eles viram, foram construídos por eles e foram silenciados pela história, porque a história conta aquilo que ela quer mostrar. Então sempre trabalhei com eles esse diálogo (Entrevistado 3, 2024).

Podemos perceber que a professora historiadora trabalhou com seus alunos o pensamento crítico e reflexivo, valorizando não apenas as narrativas da importância da proteção e valorização dos monumentos de pedra e cal e das figuras importantes, mas também realizou uma abordagem decolonial desse legado, reconhecendo que os escravizados apesar de sua importante contribuição nesse processo, tiveram sua participação desvalorizada e silenciada pela narrativa colonial oficial.

Além dos monumentos históricos em geral, que remetem ao período da escravidão na América Portuguesa, e ao século XVIII no Icó, temos outros símbolos que nos remetem também a esse período, sendo um deles a Igreja do Rosário, e o segundo, o pelourinho, que no Icó sumiu sem deixar nenhum vestígio. Muitos icoenses desconhecem que um dia existiu um pelourinho na cidade. Para a elite, ele era símbolo de justiça e poder, mas para os escravizados era símbolo de opressão.

Figura 4- Pelourinho do Icó.



Fonte: Lima (1998, p. 87).

Para que a coroa portuguesa criasse uma vila, era necessário que o local atendesse algumas exigências da monarquia, dentre elas, a criação de um pelourinho. O rei de Portugal faz um despacho ao Ouvidor Geral da capitania, recomendando a construção de um pelourinho:

Fui servido determinar por resolução de 17 de outubro de ano passado, em consulta ao meu Conselho Ultramarino que se erija uma vila nova no Icó, junto onde se acha a igreja Matriz, elegendo-se para ela o sítio que pareça mais saudável, com suprimimento de água demarcando-se-lhe logo o lugar da praça no meio da qual se levante o pelourinho (Lima, 1998, p. 86).

O pelourinho seria erguido no centro da praça da vila. Segundo Lima (1998), as pessoas mais velhas lhes diziam, que o pelourinho foi erguido no largo do Théberge entre a Igreja matriz e o teatro, em 1860, muito tempo depois da criação da vila do Icó.

Não sabemos se os professores trabalharam com o tema pelourinho em sala de aula, mas ao perguntar ao nosso primeiro entrevistado se ele teria trabalhado com a igreja do rosário como tema do patrimônio em sala de aula, ele respondeu que não chegou a trabalhar com seus alunos essa temática. Assim, eles trabalharam a visão decolonial do patrimônio material, monumentos esses, que pertenceram as elites, isso foi o que vislumbramos através das entrevistas.

A Educação Patrimonial em um modelo tradicional não mais se adequa às novas propostas e impõe ao estudante a valorização de um bem patrimonial, como prédios oficiais, teatros, casarões ou praças, isso não significa que devemos desconsiderar os conjuntos de bens patrimoniais já instituídos, mas de ver esse patrimônio a partir de uma perspectiva mais crítica e incluir nele um conteúdo social (Silva, 2019, p. 26).

É nesse sentido que os professores da escola Lourdes Costa trabalharam essa questão patrimonial, abordando o tema de forma tradicional, assim como de maneira decolonial, no sentido crítico-reflexivo e emancipatório.

Perguntamos a dois dos professores entrevistados, se eles ampliaram o entendimento de patrimônio para trabalhar com essa perspectiva em sala de aula com seus alunos, no sentido de valorizar a escola enquanto patrimônio dos discentes, valorizar as cadeiras, os materiais escolares etc. Apenas um dos dois professores entrevistados mencionou ter alargado esse conceito para trabalhar em sala de aula. O outro professor disse que tinha pensado e tentado, mas não tinha sido possível trabalhar a valorização patrimonial nesse sentido; ele não elencou motivos para isso.

Ao perguntarmos aos 3 professores entrevistados o que na avaliação deles tinha dado certo e o que não tinha, o que poderia ter sido melhorado ou mudado para que as aulas de educação patrimonial na escola tivessem sido mais produtivas, o primeiro entrevistado mencionou que teria gostado de ter obtido mais recursos para ter levado seus alunos mais vezes em visitas ao centro histórico da cidade. O segundo respondeu que gostaria que estivesse a sua disposição mais materiais como livros e apostilas, bem como outras metodologias para ter

trabalhado com seus alunos a Educação Patrimonial. A terceira respondeu que suas dificuldades consistiam na falta de tempo para planejar aulas mais diversificadas, como uma oficina, por exemplo. Ela disse que outra problemática seria a falta de recursos para colocar em prática essas atividades. Uma vez a professora realizou uma oficina com seus alunos, mas ela arcou com os custos dos materiais usados para a aula, isso foi o que a professora destacou como mais uma dificuldade.

Diante do que já apresentamos, usando como base principal as entrevistas realizadas com os professores que trabalharam no ano de 2023 com a disciplina de Educação Patrimonial na escola Lourdes Costa, percebamos como é fundamental a educação patrimonial no processo educativo crítico, reflexivo e emancipador, no sentido de transformar as mentalidades desses alunos em direção a valorização e identificação com o patrimônio cultural. Os professores não trabalharam somente a educação patrimonial nessa perspectiva, mas também abordaram o tema sob uma ótica decolonial, trabalhando com os educandos a desconstrução das narrativas históricas hegemônicas, destacando as histórias dos marginalizados e esquecidos pela história oficial. Os professores ao abordarem essas duas perspectivas em relação ao patrimônio cultural, tiveram a intenção de construir na mentalidade dos educandos, um sentimento de valorização e de identificação com esse patrimônio, bem como o de desconstruir as narrativas hegemônicas oficiais, promovendo a inclusão, bem como a valorização da diversidade cultural.

Isso nos leva a refletir, que a ausência da disciplina em 2024 no componente curricular do município, representa um significativo retrocesso no processo formativo relacionado ao patrimônio histórico-cultural. Esse processo educativo é fundamental para a formação dos educandos icoenses, pois contribui para o desenvolvimento de novas mentalidades, como já temos discutido. O município icoense decidiu adotar os parâmetros curriculares do estado do Ceará, seguindo o Documento Orientador para Escolas de Tempo Integral das Redes Municipais do Estado do Ceará, e excluiu a disciplina de Educação Patrimonial de sua base curricular. O documento foi elaborado com base na Lei complementar nº 297 de dezembro de 2022, que trata da ampliação no estado cearense da universalização do ensino fundamental em tempo integral nas redes públicas de ensino, e no Decreto nº 35.430 (Cf. CEARÁ, 2023) que regulamenta esta lei.

Assim, a Educação Patrimonial não foi contemplada diretamente enquanto disciplina no componente curricular do documento orientador, bem como no da escola Lourdes Costa. O município passou adotar outras disciplinas e projetos como prioridade para as escolas da rede municipal de ensino, em conformidade com o que indica o documento norteador, realizando as mudanças no perfil curricular para o ano de 2024. Observamos no documento que existe uma

ínfima menção reconhecendo a importância da preservação do patrimônio cultural. Destacamos aqui, a partir do documento norteador, dois dos projetos a serem trabalhados pelas escolas, que são o Projeto Caminhar e o Cidadania e Responsabilidade Social. O documento orientador traz para os dois projetos suas ementas gerais onde definem o que será trabalhado, e são justamente nessas ementas onde estão especificando essas competências a serem trabalhadas com os alunos sobre o patrimônio cultural. Além dessas duas ementas, ainda há uma terceira destacada no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), a eletiva (1), tendo seu componente curricular flexível.

Nas três ementas está mencionado o desenvolvimento de várias competências, dentre elas a da preservação do patrimônio histórico-cultural: “**Compreensão histórica:** Analisar os processos históricos que moldaram a sociedade e a cidadania, reconhecendo a importância da memória e da preservação do patrimônio cultural” (CEARÁ, 2023. p. 131, grifo do autor). Na ementa do Projeto Caminhar, essa passagem acima citada está elencada como compreensão histórica na área das competências DCRC/BNCC. Na ementa de Cidadania e Responsabilidade Social, na parte das competências DCRC/BNCC está: “**Geral – Compreensão histórica:** Analisar os processos históricos que moldaram a sociedade e a cidadania, reconhecendo a importância da memória e da preservação do patrimônio cultural” (CEARÁ, 2023. p. 163, grifo do autor). Na eletiva segue o mesmo modelo na parte das competências do DCRC/BNCC: “**Geral – Compreensão histórica:** Analisar os processos históricos que moldaram a sociedade e a cidadania, reconhecendo a importância da memória e da preservação do patrimônio cultural” (CEARÁ, 2023. p. 185, grifo do autor). No documento também vem algumas sequências didáticas para os professores trabalharem os conteúdos.

Enquanto para o Projeto Caminhar e para o Responsabilidade e Cidadania Social há duas sequências didáticas para os professores trabalharem os conteúdos dos projetos nos oitavos e nonos anos, a sequência didática da eletiva flexível não destaca nenhum ano escolar. Assim como nas ementas, nas sequências didáticas dos dois projetos e da eletiva, estão especificando as já citadas competências para serem trabalhadas com os discentes. A carga horária de trabalho destacada nas ementas é de um total de 40h por semestre, e uma carga horária de 2h semanais, tendo um total de 4 aulas por semana, já que no Ceará, uma aula corresponde a 50 minutos. O tempo de horas-aula da disciplina de Educação Patrimonial também era de duas horas semanais conforme está no currículo e na fala da professora entrevistada:

Eu trabalho com cinco turmas, uma turma por semana, só são os nonos anos que eu trabalho, 9º ano D; 9º ano E, 9º F; 9º G e 9º H. Os turnos são após o

almoço, os alunos passam o dia na escola, eles entram na escola sete horas da manhã e saem quatro horas da tarde. Então eles tem o almoço e a primeira aula começa uma e dez, que é a primeira aula das eletivas. Eles tem o horário de estudo depois do almoço, depois do almoço eles tem um período de descanso e o período de estudo. Então uma e dez começa a primeira aula, e vai até duas e cinquenta, são duas aulas, cinquenta minutos cada aula. Então cada turma eu tenho cinquenta minutos, então são 2 aulas por turma. Cinco vezes por semana, segunda; terça; quarta; quinta e sexta, cada dia uma turma (Entrevistado 3, 2024).

Do nosso ponto de vista é um grande retrocesso a substituição de uma disciplina tão importante, pois como vimos nas falas da professora entrevista, a educação patrimonial estava gerando nos discentes da escola Lourdes Costa, mudanças significativas na maneira de pensar o patrimônio cultural.

Por mais que se trabalhe a educação patrimonial na eletiva e nos projetos, não é a mesma coisa que ter uma disciplina direcionada a trabalhar unicamente com esse propósito. Em seguida analisaremos as mudanças realizadas nos perfis curriculares de 2023 para 2024.

Figura 5- Perfil curricular do município de Icó.

PARTE DIVERSIFICADA	Cultura Afro-brasileira, Africana e Relações Étnico-raciais	1	1	1	1	1	1	1	1
	Educação Patrimonial	2	2	2	2	2	2	2	2
	Educação Socioemocional	2	2	2	2	2	2	2	2
	Educação Financeira	2	2	2	2	2	2	2	2
	Empreendedorismo	2	2	2	2	2	2	2	2
	Literatura	2	2	2	2	2	2	2	2
	Eletiva I	2	2	2	2	2	2	2	2
	Eletiva II	2	2	2	2	2	2	2	2
	Eletiva III	2	2	2	2	2	-	-	-
	Eletiva IV	3	3	3	3	3	-	-	-
	TOTAL PARTE DIVERSIFICADA		20	20	20	20	20	15	15
CARGA HORÁRIA TOTAL		40							

OBS: PI EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL (Programa Inteligente) entrará no lugar de FORMAÇÃO HUMANA, nas escolas E.M.T.I MANOEL ANTONIO NUNES e E.M.T.I.H LOURDES COSTA

Anos Iniciais:

P1 – Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Produção Textual, Língua Inglesa, História, Geografia e Formação Humana (13h).

P2 – Matemática, Ciências e Ensino Religioso (7h).

Fonte: Secretaria de Educação de Icó, 2023.

Diferentemente do perfil curricular de 2023, o perfil de 2024 dispõe de dois tipos de eletivas, que são as obrigatórias na parte diversificada e a flexível. Enquanto o perfil de 2023 só tinha a base comum e a diversificada, onde estava a Educação Patrimonial, os dois projetos tanto o Caminhar como o Cidadania e Responsabilidade Social, estão inseridos no componente

curricular diversificado obrigatório, e o Projeto Caminhar só é ofertado segundo o currículo, para o fundamental II, enquanto o Cidadania é ofertado para todo o fundamental, mas tendo uma carga horária reduzida de 2h semanais, para 1h semanal para o fundamental II. No documento norteador do estado do Ceará, está designado 2h semanais para os oitavos e nonos anos, não tendo sequências didáticas para os sextos e sétimos anos como para os dois últimos anos finais.

Figura 6- Perfil curricular do município de Icó.

PARTE DIVERSIFICADA	PARTE DIVERSIFICADA: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Projeto Caminhar	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2
Imersão em Língua Portuguesa	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Imersão em Matemática	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2
Cidadania e Responsabilidade Social	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
Educação Financeira	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
Educação Sócioemocional / Programa INTELIGENTES	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

PARTE FLEXÍVEL	PARTE FLEXÍVEL: COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
CCE – Linguagens	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
CCE – Matemática	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
CCE - Ciências da Natureza	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
CCE - Ciências Humanas	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1
TOTAL PARTE DIVERSIFICADA/PARTE FLEXÍVEL	20	20	20	20	20	15	15	15	15	15

CARGA HORÁRIA TOTAL	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

CCO - Cidadania e Responsabilidade Social - Cultura Afro-brasileira, Africana e Relações Étnico- raciais

CCE - Linguagens: Teatro, dança, esporte, música, poesia, literatura, Círculos de Leitura, Produção Textual

CCE - Matemática: Oficinas com jogos, JEPP, Educação no Transito, Programa Aprender Valor

CCE - Ciências da Natureza: Horta, Educação limentar, PSE, Educação Ambiental

CCE - Ciências Humanas: Combate as Violencias, PREVINE-SE, PETECA, História Local

Fonte: Escola Professora Lourdes Costa, 2024.

Segundo o coordenador das eletivas, nos dois projetos elencados são trabalhados o patrimônio cultural, embora saibamos que esse não é o objetivo dos projetos, mas como é uma das competências a serem desenvolvidas, eles trabalham com o patrimônio cultural de alguma maneira.

Percebamos que na parte flexível do currículo, também há uma disciplina geral de Ciências Humanas, onde é mencionado que deve ser trabalhado a história local. Desse modo, talvez se trabalhe um pouco a valorização patrimonial, já que a história da cidade está diretamente ligada aos monumentos históricos, e a professora que leciona essa disciplina é a mesma que lecionou a disciplina de Educação patrimonial em 2023. Embora haja outros conteúdos dessa disciplina, a valorização patrimonial pode ser trabalhada nela, porém não aos moldes daquela que era destinada exclusivamente à educação dos educandos com o patrimônio histórico-cultural. Essas foram as mudanças do perfil curricular do município de Icó dos anos já citados em relação ao tema patrimônio, causando assim uma significativa perda com a ausência da disciplina de Educação Patrimonial na grade curricular municipal, e na escola Lourdes Costa. Nenhum projeto de educação patrimonial foi realizado na escola Lourdes Costa nos anos de 2023-24, sendo isso um prejuízo ainda maior para esse ano, pela ausência da disciplina no componente curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa permitiu evidenciar, que o município de Icó realizou uma ação acertada ao incluir no componente curricular para o ano de 2023, a disciplina de Educação Patrimonial. Foi a partir dessa decisão, que os alunos da escola Lourdes Costa tiveram a oportunidade de aprofundarem-se na temática patrimonial, o que despertou nos educandos, um significativo interesse pela história do patrimônio. Os resultados da pesquisa nos indicam, que a disciplina de Educação Patrimonial foi fundamental nesse processo formativo, permitindo que os educandos melhorassem suas percepções, da importância que é, preservar o patrimônio cultural. A análise dos conteúdos e das metodologias empregadas pelos professores, demonstram que as abordagens foram inovadoras e diversificadas, ao trabalharem com o patrimônio cultural em sala de aula.

Os docentes variaram suas abordagens metodológicas, realizando com os discentes aulas de campo, e diversificando seus materiais de ensino, como por exemplo, os podcasts. Tudo isso para que os educandos tivessem aulas mais interativas e produtivas, e foram bem recebidas pelos alunos, o que também contribuiu de forma mais didática, para um enriquecimento deles, sobre o patrimônio histórico. A partir da ministração da disciplina de Educação Patrimonial na escola, os alunos passaram a se interessar pelo tema, os professores conseguiram com seus materiais e métodos, despertar nos alunos a curiosidade sobre o tema, o que com as aulas de campo, convergiram para a formação de cidadãos mais conscientes e preocupados em valorizar os bens patrimoniais por se identificarem com eles.

Os professores abordaram em suas aulas o patrimônio na perspectiva preservacionista, bem como na perspectiva decolonial, destacando a importância em preservar o patrimônio histórico, mas também trazendo à tona as histórias dos povos marginalizados e silenciados pela narrativa oficial. Eles trabalharam os conceitos materiais e imateriais do patrimônio, e as instituições de preservação, como o Iphan e a Unesco. Os professores utilizaram além dos meios pedagógicos e fontes já citados, eles criaram fontes de ensino, como no caso dos quebra-cabeças que foram elaborados de forma artesanal. Além desses, usaram também materiais textuais dos quais não mencionaram o formato, se eram didáticos ou de outra maneira; como também fizeram bastante aulas expositivas e dialogadas, assim como rodas de conversas, análises de ilustrações, desenhos dos patrimônios, oficinas entre outras.

A educação patrimonial se mostrou eficaz no processo formativo dos educandos da escola Lourdes Costa, pois a partir disso, novas mentalidades foram trabalhadas em direção a identificação e a valorização dos bens patrimoniais, formando cidadãos mais comprometidos

com as responsabilidades sociais e cidadãs, como formando sujeitos críticos e reflexivos, sendo capazes a partir disso, de realizarem leituras históricas sobre o patrimônio, assim como do mundo que os rodeia. Os professores que trabalharam com a disciplina em 2023, apesar da variedade de fontes e metodologias usadas para as aulas, reconheceram a necessidade de haver mais recursos financeiros e pedagógicos para que as aulas fossem mais produtivas, pois eles receberam um pequeno processo formativo da empresa contratada pelo município, para trabalharem com essa disciplina, e ainda assim, não foram os três professores. As fontes para as aulas, ficaram a cargo de cada professor providenciar a sua, e não tiveram nenhum apoio nesse sentido da empresa que realizou o pequeno processo formativo.

A falta de materiais didáticos para trabalhar com a educação patrimonial, foi uma das dificuldades que os levaram a diversificarem tanto suas fontes e metodologias de trabalho, não que isso seja totalmente negativo, mas sem um apoio de um material didático, o professor usa de sua criatividade para trabalhar com assunto que apesar de velho, é novo como disciplina em nosso município. Embora os resultados tenham sido bastante promissores, percebemos alguns limites, como o curto período de análise da pesquisa, pois as atividades da disciplina se encerraram no mesmo ano que se iniciaram, tendo a impossibilidade de realizar uma pesquisa com mais abrangência. Assim, os próximos pesquisadores que se debruçarem sobre a temática, poderão trabalhar com o tema com um maior recorte temporal, e contarão com o nosso material para o apoio de suas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18f.

AMARAL, João Paulo Pereira do. PATRIMÔNIO CULTURAL E (DE)COLONIALIDADE. REFLEXÕES A PARTIR DO BRASIL. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL –GT HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL (ANPUH BRASIL), 2., 2021, Rio de Janeiro. **Patrimônio, democracia e políticas públicas**. Rio de Janeiro: ANPUH; UNIRIO, 2018. p. 251-264.

Anais da biblioteca nacional. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. Catalogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Divisão de publicações e divulgação. V.8. 1961.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (Estado). Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022. **Lei Complementar Nº 297 (Amplia, no Estado do Ceará, O Programa Aprendizagem na Idade Certa – Mais Paic, Objetivando A Universalização do Ensino Fundamental em Tempo Integral na Rede Pública de Ensino dos Municípios Cearenses**. Fortaleza, CEARÁ, Banco Eletrônico de Leis Temáticas. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/8211-lei-complementar-n-297-de-19-12-2022-d-o-19-12-22>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, 2018. MEC/CONSED/UNDIME. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf: Acessado em: 21/09/2023.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Brasília, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acessado em: 01/04 de 2023.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível em:

file:///C:/Users/raelison/Downloads/TEXTOS%20PATRIMONIO/Decreto_n_3.551_de_04_d e_agosto_de_2000.pdf. Acessado em: 02/11/2023.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rerratificação do tombamento Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó. Brasília, IPHAN, 04 de Dezembro de 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **Circuito Ambiental de Natal: uma ação de Educação Patrimonial**. 30º Simpósio Nacional de História - Recife/PE: ANPUH, UFRN, Escola Estadual Myriam Coeli, 2019.

CEARÁ, ICÓ. Lei Nº 1.111, de 23 de Dezembro de 2021. Declara as festividades do Senhor do Bonfim como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Município de Icó e dá outras providências. Disponível em:
file:///C:/Users/raelison/Downloads/_1111_2021%20festa%20do%20senhor%20do%20bonfim.pdf. Acessado em: 31/10/2023.

CEARÁ/ RIO GRANDE DO NORTE/Estudo para tombamentos federal. v 1,IPHAN. 4ª Coordenação regional do IPHAN (CE/RN) Outubro/1997.

CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do. **Documento orientador para Escolas de Tempo Integral das Redes Municipais do Estado Ceará**. Fortaleza: Seduc, 2023.

CLEROT, Pedro; RAMPIM, Sônia Florêncio. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan/ DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

CRUZ, Glearleton Pereira. **A igreja do Rosário de Icó: processo de patrimonialização, memórias e identidade cultural**. 111 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Instituto de Estudos do Semiárido, Universidade Federal do Cariri, Icó, 2018.

FAVA, Inayá Lobo; MARTINS, Patrícia Cristina Statella; LARA, Camila de Brito Quadros. **Educação Patrimonial: Estudo de caso em uma escola municipal de Dourados/MS. Centenários. VIII Congresso Internacional de História: XXII semana de história, Dourados/ Ms, v. 1, n. 8, p. 2856-2863, 9 ago. 2017.**

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FUNARI, Pedro Paulo. *Fontes arqueológicas: Os historiadores e a cultura material*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81-110.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *História, Memória e Patrimônio*. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p. 17-40.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

IVIC, Ivan. **Lev Semionovich Vygotsky**. Edgar Pereira Coelho (org.) Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Tradução: José Eustáquio Romão.

JOUTARD, Philippe. *História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 43-62.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Miguel Porfírio de. **Icó em fatos e memórias**. Volume II. Icó, 1998.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 15-25.

MACHADO, Ironita Adenir. Policarpo. **HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CURRICULARIZAÇÃO**: Palmas, Tocantins: Universidade de Passo Fundo, Unitins. V. 7, n.7. 156-165, 2020.

MALTÊZ, Camila Rodrigues; CORRÊA SOBRINHO, Cristiane Paula; BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves; MIRANDA, Kelly dos Reis; MARTINS, Lilian Nascimento; CASTRO, Magali de. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**. Minas: Puc, 2010.

MANZINI, Eduardo José. **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS**. Marília: Unesp, “sd”.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**: Anpuh. xxv simpósio nacional de história. Fortaleza: Anpuh, 2009.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. RJ, 2004. Disponível em:
file:///C:/Users/raelison/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial%20nas%20escolas%20moraes.pdf. Acessado em 02/04/2023.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-289.

NORA, Pierre. **Entre memória e histórias**: a problemática dos lugares. Departamento de História. PUC, 1993. 22 p. Tradução: Yara Aun Khoury.

PAULA, Maria Jaqueline Gomes de. As políticas de educação patrimonial em Sobral e o ensino de História. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH GRUPO DE TRABALHO HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, 3., 2021, Fortaleza. **Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural Patrimônio, Resistência e Direitos**. Fortaleza: ANPUH, UFC, 2022. p. 598-608.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PICOLI, Bruno Antonio; MILIONRANÇA, Regina. **Igreja Matriz são Luiz Gonzaga: a identidade coletiva calcada em um ' lugar de memória ' cambiate**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”. Florianópolis. 2013.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Introdução. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 13-18.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Fontes ou recursos de informação: CATEGORIAS E EVOLUÇÃO CONCEITUAL**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.

PRATS, Llorenç. **Antropologia e Patrimônio**, Barcelona, Editorial Ariel, S.A. 1997.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 193-206.

SILVA, Almir de Paula e. **A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS DE ENSINO**. Brasília: Unb, Instituto de Artes, 2019.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural**. Bdigital. ufp. pt, 2000.

SILVA, Maria Olga Enrique; TOLENTINO, Átila Bezerra. Narrativas de educação patrimonial: A experiência da Casa do Patrimônio da Paraíba. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 59-70.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PERSPECTIVAS E DILEMAS. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe. **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Goiânia: Nova Letra, 2007. p. 18.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**. Rio Grande: Biblos FURG. v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**: políticas, relações de poder e ações afirmativas, Caderno temático, v. 5, Cap. 4. p. 38-48. João Pessoa: Iphan-PB Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

ANEXOS

Figura 1- Escola Municipal de Tempo Integral Professora Lourdes Costa.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024

Figura 2- Escola Municipal de Tempo Integral Professora Lourdes Costa.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 3- Cantina da Escola Lourdes Costa.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 4- Quadra esportiva da escola Lourdes Costa.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 5- Mercado velho de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2023.

Figura 6- Mercado velho de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2023.

Figura 7- Parte interna do Mercado velho de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2023.

Figura 8- Sítio histórico/ rua General Piragibe/ rua do meio.



Fonte: Acervo pessoal de Vandro Rodrigues, 2015.

Figura 9- Sítio histórico/ rua General Piragibe/ rua do meio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 10- Sítio histórico/ rua General Piragibe/ rua do meio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 11- Sítio histórico/ rua General Piragibe/ rua do meio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 12- Sítio histórico/ rua 7 de setembro.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 13- Teatro da Ribeira dos Icós.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 14- Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 15- Cella da antiga cadeia de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 16- Cella da antiga cadeia de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 17- Sítio histórico/ rua Dr. Inácio Dias.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 18- Sobrado Canela Preta.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 19- Igreja de Nossa Senhora da Expectação/ Igreja Matriz.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 20- Sítio histórico/ rua Dr. Inácio Dias.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 21- Igreja do Senhor do Bonfim.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 22- Sítio histórico/ rua Dr. Inácio Dias.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 23- Sobrado do Barão do Crato.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 24- Sítio histórico/ rua Desembargador José Bastos.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 25- Sítio histórico/ rua Dr. Inácio Dias.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 26- Sítio histórico/ rua grande/ Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 27- Sítio histórico/ rua grande/ Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 28- Sobrado/ Prefeitura Municipal de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 29- Sítio histórico/ rua grande/ Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 30- Sítio histórico/ sobrado do mirante.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 31- Sítio histórico/ sobrados/ Câmara Municipal de Icó.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 32- Sítio histórico/ rua grande/ Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 33- Sítio histórico/ rua grande/ Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 34- Sítio histórico/ sobrados/ rua Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 35- Sítio histórico/ sobrados/ rua Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 36- Sítio histórico/ sobrado/ rua Ilídio Sampaio.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 37- Igreja Nossa Senhora da Conceição do Monte.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 38- Igreja Nossa Senhora da Conceição do Monte.



Fonte: Acervo pessoal de Glearleton Pereira Cruz, 2024.

Figura 39- Capela do Sagrado Coração/ Colégio Sr. do Bonfim.



Fonte: Acervo pessoal de Cidinho Batista, 2023.